

OBEGEF – Observatório de Economia e Gestão de Fraude

WORKING PAPERS

#38

Economia informal e
exclusão social



Óscar Afonso; Nuno Gonçalves; Hélder Ferreira



OBEGEF
Observatório de Economia
e Gestão de Fraude

>> **FICHA TÉCNICA****ECONOMIA INFORMAL E EXCLUSÃO SOCIAL**

WORKING PAPERS Nº 38 / 2015

OBEGEF – Observatório de Economia e Gestão de Fraude

Autores: Óscar Afonso¹; Nuno Gonçalves¹; Hélder Ferreira²

Editor: Edições Húmus

1ª Edição: Fevereiro de 2015

ISBN: 978-989-755-151-2

Localização web: <http://www.gestaodefraude.eu>

Preço: gratuito na edição electrónica, acesso por download.

Solicitação ao leitor: Transmita-nos a sua opinião sobre este trabalho.

Paper in I2FC:2014 - Multiple Perspectives of the Shadow Economy

©: É permitida a cópia de partes deste documento, sem qualquer modificação, para utilização individual. A reprodução de partes do seu conteúdo é permitida exclusivamente em documentos científicos, com indicação expressa da fonte.

Não é permitida qualquer utilização comercial. Não é permitida a sua disponibilização através de rede electrónica ou qualquer forma de partilha electrónica.

Em caso de dúvida ou pedido de autorização, contactar directamente o OBEGEF (obegef@fep.up.pt).

©: Permission to copy parts of this document, without modification, for individual use. The reproduction of parts of the text only is permitted in scientific papers, with bibliographic information of the source.

No commercial use is allowed. Not allowed put it in any network or in any form of electronic sharing.

In case of doubt or request authorization, contact directly the OBEGEF (obegef@fep.up.pt).

¹ University of Porto, CEF.UP and OBEGEF

² EAPN-Portugal

>> ÍNDICE

1. Introdução	5
2. Breve abordagem ao objeto de estudo	7
3. Economia informal, inclusão social, trabalho e proteção social	11
4. Inclusão social, exclusão social e economia informal - que relações	19
5. Questões chave, metodologia e técnicas	22
6. A economia informal como recurso e como transição	30
1. A economia informal como recurso	30
2. A economia informal como transição	31
3. O rendimento e a melhoria das condições de vida	35
4. As questões evidenciadas pela economia informal	38
7. Considerações finais	40
Bibliografia	44
Anexo	48

>> RESUMO

O objectivo deste paper é analisar o impacto da Economia Informal na inclusão social de indivíduos que, de outro modo, estariam excluídos da Economia Formal. Em termos genéricos, resulta da análise que a Economia Informal contribui negativamente para a redistribuição do rendimento, mas que, por outro lado, permite a sobrevivência de indivíduos durante cenários adversos e pode servir de ponto de partida para a transição para a Economia Formal.

>> ABSTRACT

The purpose of this paper is to analyse the accounting and legal basis that justify the application of presumptions in the taxation corporate income. The connection between errors on recording transactions by the financial accounting system and the use of presumptions by tax authorities will be highlighted.

The paper contributes to the literature by offering a systematic analysis of the criteria used by Portuguese tax courts to decide when accounting data can be disregarded by tax authorities and presumptions can therefore be used as a tax computation tool.

Given that the general rule is to base taxable income on accounting records (albeit with adjustments established in Corporate Income Tax Code) presumptions are a striking exception to this well established rule. As such, tax researchers, tax authorities and taxpayers have a significant interest in knowing how do courts validate or deny tax authorities' approach when using presumptions.

Keywords: *Accounting errors, taxation and presumptions, financial fraud*

>> 1. INTRODUÇÃO

O interesse em conhecer melhor o potencial contributo da economia informal para a inclusão social de públicos desfavorecidos é antiga. Neste trabalho a EAPN promoveu o projeto “A Economia informal em Portugal: o seu papel na inclusão social de públicos desfavorecidos”, com a consultoria do Observatório de Economia e Gestão de Fraude (OBEGEF).

O objetivo geral do projeto consistiu na realização de um estudo destinado a conhecer a economia informal em Portugal a partir dos testemunhos confidenciais de atores chave que, de alguma forma, se encontram ou encontraram envolvidos em atividades relacionadas com a economia informal. Neste sentido, o projeto visou realçar a importância da economia informal na inclusão social e integração profissional de pessoas que, de outra forma, se encontrariam afastadas do mercado de trabalho.

Para além do objetivo geral foram identificados, à data da candidatura, os seguintes objetivos específicos:

- Desenvolver uma abordagem integrada e construtiva acerca da economia informal, não numa perspetiva de penalização das pessoas que tentam sobreviver ao agravamento das condições económicas, mas numa perspetiva de perceber o impacto daquela ao nível da pobreza e da exclusão social, mas também ao nível da economia formal;
- Perceber o tipo de atividades que são desenvolvidas ao nível da economia informal, identificando os seus aspetos positivos e de que forma estes podem ser rentabilizados na definição das políticas económicas e apropriados pela economia formal;
- Perceber os obstáculos ainda existentes (e os fatores inerentes aos mesmos) à criação de atividades económicas legais e formais e desenvolver mecanismos eficazes para apoiar a passagem de situações de economia informal para situações de economia formal;
- Apresentar propostas/recomendações para o país com vista a controlar a economia informal.

O estudo inicia-se com uma breve abordagem ao tema e o correspondente enquadramento do mesmo no contexto da atual crise económica nacional, analisando para o efeito os impactos ao nível do mercado de trabalho, o crescimento do desemprego, o impacto ao nível das prestações sociais e a evolução da pobreza e da exclusão social ao nível nacional. A economia informal apresenta-se, neste âmbito, perspetivada enquanto reação ao presente contexto. O enquadramento termina com a articulação entre o

contexto nacional e o europeu, através da abordagem da Estratégia Europeia da Inclusão Activa e dos objectivos da Europa 2020.

A partir do conceito de Economia Não Registada, é introduzido um dos conceitos centrais da investigação, o conceito de economia informal, sendo neste âmbito perspetivadas as relações entre alguns conceitos relevantes, nomeadamente diferenciando conceptualmente o trabalho não declarado e o trabalho informal, bem como explorando a relevância da proteção social na abordagem ao fenómeno da economia informal. Ao terminar com as questões da proteção social estabelecemos a ponte para a abordagem do segundo conceito central do estudo, o de inclusão social.

O momento inicial para a abordagem do conceito de inclusão social consiste na introdução do conceito de integração, o qual é apresentado na sua dupla abordagem, sistémica e individual, de forma a introduzir a relevância do conceito de exclusão social, associado à questão da centralidade do trabalho/emprego e ao fenómeno do desemprego. Desta forma, a revisão da literatura efetuada posiciona a dimensão do trabalho como uma primeira intersecção entre ambos os conceitos centrais.

A abordagem da exclusão social e da sua inerente relação com o trabalho e emprego revelam-se fundamentais para perspetivar a inclusão social, definida enquanto processo que visa assegurar as oportunidades e os recursos necessários para uma participação plena na vida económica, social e política de todos os indivíduos. Por último, é introduzida a questão da vulnerabilidade, mediante a utilização da tipologia de categorias sociais desfavorecidas.

O documento prossegue com um ponto destinado à apresentação das questões chave e da metodologia e técnicas utilizadas na recolha de dados. Seguidamente realiza-se a análise dos dados recolhidos no trabalho de terreno, quer ao nível das entrevistas com praticantes da economia informal, quer ao nível dos *focus groups* de participantes institucionais. Em ambos os casos a análise de dados apresenta-se estruturada em função das categorias principais subjacentes aos respetivos instrumentos de recolha de dados.

Por último apresentamos as conclusões do estudo realizado, com vista a discutir criticamente as relações entre a economia informal e a inclusão social de públicos desfavorecidos, no sentido de evidenciar os contributos que consideramos relevantes para perspetivar a sua abordagem.

>> 2. BREVE ABORDAGEM AO OBJETO DE ESTUDO

A economia informal é uma área complexa e cinzenta da nossa sociedade. Enquadrando-se na economia não-registada (ENR), também apelidada de economia sombra ou economia paralela, a economia informal absorve parte das suas características genéricas, isto é, existe em todos os países do mundo, o seu tamanho, causas e consequências variam consoante a realidade socioeconómica de cada país e está sujeita a mutações ao longo do tempo.

A economia informal é a única fonte de rendimento para aqueles que vivem fora do mercado formal de emprego e das suas exigências mais formais (educação, qualificações profissionais, etc.) e que, por múltiplos fatores, não conseguem aceder ao emprego de forma a assegurar a sua integração profissional. Existem vários conceitos que caracterizam este tipo de economia, sendo de destacar desde logo a definição apresentada pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), a qual reúne as características essenciais à investigação e aos seus propósitos:

“economia informal refere-se a todas as atividades económicas de trabalhadores e unidades económicas que não são abrangidas, em virtude da legislação ou da prática, por disposições formais. Estas atividades não entram no âmbito de aplicação da legislação, o que significa que estes trabalhadores e unidades operam à margem da lei; ou então não são abrangidos na prática, o que significa que a legislação não lhes é aplicada, embora operem no âmbito da lei; ou, ainda, a legislação não é respeitada por ser inadequada, gravosa ou por impor encargos excessivos”¹

Ao nível macro, o impacto da economia informal, sobretudo no âmbito de transformações que potenciam o seu crescimento, não deixa de representar um recrudescimento dos riscos associados à redistribuição e ao financiamento a longo prazo dos sistemas de proteção social, que são progressivamente comprometidos, destacando-se neste âmbito, por um lado, um problema de governança e, por outro, uma questão de desigualdade relativamente aos trabalhadores e aos seus empregadores da economia formal. Como afirma Centeno (2006), referindo-se à economia não declarada, onde a economia informal se integra:

“as consequências do Trabalho não Declarado e da economia não declarada, de que é parte, são tipicamente fixadas ao nível dos trabalhadores

¹ Organização Internacional do Trabalho, *A OIT e a Economia Informal*, Lisboa, OIT, 2005, p.7

(e das condições de trabalho), da concorrência, da criação de emprego de qualidade e do modelo social europeu (por via da diminuição das contribuições das empresas e dos trabalhadores)".

Considera-se assim que a ausência de proteção social na economia informal apresenta uma ameaça à economia formal, sustentando-se nesta o interesse real e direto em transportar os trabalhadores da economia informal para o mercado formal de emprego. Com a redução do emprego formal, os trabalhadores suportam um fardo cada vez mais pesado em termos de financiamento das necessidades sociais, com efeitos adversos na sua qualidade de vida. Em simultâneo, as desigualdades existentes entre unidades não registadas da economia formal e empresas podem limitar a capacidade competitiva destas últimas.

Ao nível micro, considerando os indivíduos envolvidos no desenvolvimento de trabalho no âmbito da economia informal, as principais consequências relacionam-se com a ausência de proteção formal que lhes está associada, o que frequentemente comporta um risco acrescido a uma vulnerabilidade já existente. Para um trabalhador da economia informal, a ausência de proteção face ao desemprego, à doença, mas também face a situações como a parentalidade ou o envelhecimento, constitui frequentemente uma fonte significativa de adversidade verificando-se, neste sentido, uma incapacidade de exercício de direitos de cidadania fortemente correlacionados com o emprego. Por outro lado, considerando algumas características frequentemente associadas ao trabalho desenvolvido no âmbito da economia informal, nomeadamente a sua frequência irregular, os baixos rendimentos, as jornadas longas de trabalho, é possível também antever consequências quer ao nível físico e/ou psicológico.

A falta de proteção social é, assim, uma das características mais marcantes da economia informal, constituindo por isso, um dos fatores de exclusão social. O crescimento da economia informal significa que milhões de pessoas ao nível global ou nunca tiveram acesso aos mecanismos formais de proteção social ou estão, gradualmente, a perder a proteção que tinham. No entanto, aqueles que se encontram a desenvolver trabalho no âmbito da economia informal apresentam frequentemente uma maior necessidade de proteção social, não só pela sua frágil e insegura situação, mas também, pela sua maior exposição a riscos de saúde e de segurança laboral. Estes riscos são por vezes extensíveis às próprias famílias e vizinhos, uma vez que para muitos trabalhadores informais, a casa constitui o seu principal local de trabalho. Esta maior necessidade por proteção social é, por exemplo, referida por Gonçalves (2010).

Sendo reconhecida a situação de desvantagem dos trabalhadores da economia informal em termos de direitos e acesso ao emprego formal, bem como em termos de acesso à proteção social, importa também evidenciar a uma importante dimensão de género subjacente à exclusão do sistema de proteção social.

Em primeiro lugar, em muitos países, a maioria dos trabalhadores da economia informal são mulheres e a falta de proteção social de que são alvo é um indicador da sua exclusão social. Em segundo lugar, as mulheres assumem uma função de *cuidador* na sociedade e as recentes alterações demográficas deixaram cada vez mais mulheres com dificuldades, encargos e menos recursos para cuidarem de si e das suas famílias.

Não obstante se reconheça o potencial da economia informal para gerar rendimento e, simultaneamente, respostas a necessidades acessíveis a diferentes níveis de capacidade aquisitiva, continua a manifestar-se como questão determinante o trabalho que no seu seio se desenvolve, pelas adversas condicionantes que o caracterizam. Tal como reconhece a OIT (2005):

“em situações de forte desemprego, de sub-emprego e de pobreza, a economia informal é uma fonte potencial de criação de empregos e de rendimentos, pelo facto de ter um acesso relativamente fácil, mesmo sem muita instrução ou qualificações, nem grandes meios técnicos ou financeiros. É raro, porém, que os empregos assim criados correspondam aos critérios de trabalho digno. A economia informal permite também satisfazer as necessidades dos consumidores pobres, oferecendo bens e serviços acessíveis a preços baixos”.

Neste âmbito, assume particular destaque o conceito de proteção social adotado pela OIT, claramente orientado para o conceito de trabalho digno, e que se baseia no objetivo de proteger todos os trabalhadores contra os diferentes riscos e contingências oriundas do trabalho, independentemente do local onde este é realizado. Com um mercado de emprego cada vez mais flexível e instável e com mais trabalhadores no sector da economia informal, é preciso um conceito lato/abrangente de “proteção social” que englobe não apenas a segurança social, mas também regimes não legais, incluindo outros tipos de regimes não contributivos, sociedades mutualistas e de terreno e regimes comunitários para os trabalhadores da economia informal.

Em síntese, pelo facto das atividades da economia informal poderem apresentar uma clara mais-valia, para os trabalhadores e para as comunidades que beneficiam dos bens produzidos ou serviços prestados, torna-se necessário uma melhor compreensão das situações concretas, que permita distinguir as atividades de economia informal que resultam de “estratégias de sobrevivência” individual das atividades de economia subterrânea que

resultam de uma prática continuada de subdeclaração por parte de entidades formalmente constituídas.

A orientação de algumas iniciativas do lado mais informal da economia para a resposta a necessidades sociais reconhecidas pelas comunidades encontra-se frequentemente na base de atividades que se podem apresentar como boas práticas de inclusão pelo emprego. Desde logo, importa relembrar que alguns dos serviços sociais existentes foram, no passado, inicialmente assegurados no âmbito da economia informal, tendo neste sentido se constituído como um efetivo trampolim entre esta e a economia formal (um efeito que Perret e Roustang (1993) já reconheciam). Tal como refere a OIT (2005, p. 8),

“a economia informal pode igualmente servir de viveiro de empresas e permitir a aquisição de qualificações no local de trabalho. Neste aspeto, pode servir de rampa de lançamento para um acesso gradual à economia formal, se forem implementadas estratégias eficazes”.

A economia informal oferece, assim, um conjunto de exemplos que, pela sua flexibilidade, proximidade às necessidades dos cidadãos, rápida e mais fácil remuneração podem ser encarados como meios importantes de incluir os que estão em maior risco de pobreza e mais afastados do mercado formal de emprego.

Segundo Gonçalves (2014), a economia informal permite a sobrevivência ou a incubação de pequenos/micro negócios que por via legal não seriam possíveis devido à carga de obrigações fiscais, laborais e burocráticas, atuando assim de forma benéfica no empreendedorismo de negócios em pequena escala e potenciando a criação do próprio emprego. Na verdade, a forte ligação que existe entre a pobreza e a economia informal permite antever a possibilidade de medidas orientadas para a economia informal, e que simultaneamente visem a promoção de um trabalho digno para aqueles que se encontram nela envolvidos, apresentarem um impacto significativo no combate à pobreza. A outro nível, complementar, políticas eficazes de combate à pobreza poderão a médio e a longo prazo facilitar a mudança, daqueles que estão na economia informal, para um trabalho mais produtivo, protegido e digno.

>> 3. ECONOMIA INFORMAL, INCLUSÃO SOCIAL, TRABALHO E PROTEÇÃO SOCIAL

Uma vez que a economia informal se encontra no espectro da ENR, naturalmente tende a abarcar parte das suas causas e consequências genéricas. Especificamente, no que concerne à economia informal ou também conhecido como sector informal, considera-se a produção de bens e serviços legais levado a cabo por pequenas unidades sem um processo organizativo definido ou clara divisão entre os fatores de produção, nomeadamente o fator trabalho e o fator capital. O centro nevrálgico deste tipo de atividades passa pela obtenção de emprego e rendimentos suficientes para os indivíduos envolvidos. Assim, é possível afirmar-se que a fuga a qualquer legislação laboral, impostos ou outras contribuições não é o principal objetivo, o que permite um distanciamento relativo ao conceito de economia subterrânea. Curiosamente, estas atividades são passíveis de serem observadas por qualquer cidadão, já que estas tendem a estar presentes em algumas atividades agrícolas, em pequenos comerciantes, artesãos, trabalhadores domésticos, entre outros.

É pois uma rúbricas que tende a ser socialmente aceite, uma vez que engloba o produto criado por atividades essencialmente associadas a uma estratégia de melhoria de condições de vida das famílias e/ou de sobrevivência. A existência da economia informal explica, por exemplo, a sobrevivência das populações em países com o PIB oficial *per capita* abaixo do limiar de subsistência, servindo de almofada social e evitando o maior sofrimento da população desfavorecida/excluída.

Para muitos dos seus praticantes a economia informal consiste na única via de aceder ao(s) trabalho(s) que permita obter o necessário rendimento, razão pela qual importa precisar esta relação. Revela-se essencial não apenas precisar os principais conceitos subjacentes mas explorar simultaneamente as relações existentes entre eles.

As classificações apresentadas pela OCDE (2002) para as diferentes dimensões da economia não-registada encontram algum paralelo terminológico nas classificações que têm vindo a ser adotadas no âmbito da atividade laboral (Afonso *et al.*, 2013), sobretudo quanto ao informal e ilegal. Porém, esse paralelismo não é perfeito, sobretudo nos conceitos, respeitando muitas vezes a fenómenos distintos e não necessariamente sobreponíveis.

O conceito de economia não-registada apresentado pela OCDE (2002) e Gonçalves (2010) concentra-se essencialmente na importância da precisão da medida de atividade económica (PIB). Assim, em rigor, qualquer ativi-

dade legal, ilegal, ou de autoconsumo deveria ser incluída no PIB de forma a aumentar a precisão do conceito de riqueza criada, numa economia, num determinado período temporal (usualmente um ano). Logo, o seu conteúdo é mais abrangente do que a noção de trabalho não declarado (Robalo dos Santos, 2013: 103)

A classificação de economia informal e economia ilegal, como já foi referido, encontra paralelo terminológico com a de trabalho informal e trabalho ilegal, retratando porém, conceptualmente, fenómenos distintos. Robalo dos Santos (2013: 90) considera que um trabalhador tem um trabalho informal quando

“a sua relação sociolaboral, legalmente ou na prática, não está sujeita à legislação laboral, não é declarada para efeitos de imposto sobre os rendimentos ou de contribuições para a segurança social, ou quando o trabalho não confere, ao trabalhador, qualquer garantia ou segurança (...)”

Resulta desta definição que não há coincidência entre os conceitos de economia informal e de trabalho ou emprego informal, sendo que, por um lado, o emprego na economia informal pode ser tanto formal como informal e, por outro lado, o emprego informal tanto pode estar presente tanto na economia informal, como na economia dita formal, estruturada ou oficial (Afonso *et al.*, 2013). O trabalho informal não é um subtipo do trabalho não declarado, pois inclui no seu conceito o trabalho voluntário, o autoconsumo e o trabalho pontual, de natureza social, prestado a amigos e familiares, os quais, como se constata, não integram o conceito de trabalho não declarado.

O trabalho informal será ilegal se prestado por pessoas que não estão legalmente autorizadas a trabalhar. O que está em causa não é a natureza legal ou ilegal da atividade exercida (distinguindo-se assim do conceito de economia ilegal), mas a capacidade do agente para a realizar em termos de verificação dos requisitos legais. Não obstante o conceito de trabalho informal não se sobrepor completamente ao conceito de economia informal, a relação entre ambos os conceitos afigura-se muito importante tanto mais que, a este nível, o binómio informal/formal nos remete para a relevância da proteção social na abordagem ao nosso objeto de estudo.

Nas sociedades europeias compete ao Estado a promoção de políticas sociais (Pereirinha, 1994: 13) que garantam a proteção social dos cidadãos, particularmente daqueles que se encontram em situação de maior desfavorecimento. No entanto, para além de contribuir para minorar as desigualdades sociais (Rodrigues *et al.*, 1999: 79), a proteção social também se constitui como fator de regulação social, ao contribuir para minimizar a possibilidade de eventuais ruturas da coesão social e, mediante as políticas

prosseguidas, assegurar o acesso aos direitos e às capacidades consideradas essenciais ao exercício da cidadania.

Assim, a proteção social, enquanto direito, encontra-se associada à necessidade de garantir a satisfação e realização de um conjunto de direitos e necessidades comuns à condição humana (Ferreira, 1997) e, por outro lado, prevenir a probabilidade de ocorrência de situações futuras. A sua relevância, no contexto deste estudo, decorre diretamente do facto da proteção social se encontrar profundamente cerceada ao nível do trabalho desenvolvido no âmbito da economia informal. Neste sentido, não só a forma de inserção no trabalho informal se caracteriza frequentemente pelos baixos rendimentos e por uma elevada precariedade como também pela ausência de acesso aos direitos sociais e laborais básicos, com particular relevo para a proteção social ao nível da doença, da segurança, da parentalidade e da velhice (Antunes, 2010: 159).

Num estudo sobre a proteção social e economia informal nos PALOP's, Rodrigues *et al.* (2009: 153) destacam a importância da análise da proteção social ao nível do trabalho (desde logo pelas características intrínsecas partilhadas pelos trabalhadores do sector informal), constatando que neste contexto (em que a dimensão da proteção social, formal ou informal, se revela pouco expressiva) se regista o desenvolvimento de esquemas alternativos de proteção. No caso concreto, uma vez que os esquemas alternativos de proteção se encontram alicerçados nas relações sociais, na reciprocidade, na confiança e nas estruturas e pertenças simbólicas, a minimização dos riscos depende sobretudo das capacidades individuais de mobilização dos recursos disponíveis ao nível das redes em que o indivíduo se insere, como a família, a vizinhança e outras (Idem: 159).

Neste sentido, afigura-se dificilmente expectável que a economia informal assuma espontaneamente um papel de proteção, pelo que Perret e Roustang (1993: 246; 287) destacam antes a capacidade socializadora de formas não clássicas de trabalho e de troca económica ou, como afirma Lautier (2009: 96), uma capacidade de projeção no futuro, mediante uma atividade produtiva que permita o reconhecimento de direitos sociais.

Como relembram Perret e Roustang (1993), a diversidade inerente à natureza das situações abrangidas pela economia informal distingue-se positivamente a partir do que dominam de “imperativo da inserção. Para além da distinção respeitante à natureza das atividades, importa perceber a relação dos rendimentos obtidos mediante o desenvolvimento de trabalho no âmbito de atividades da economia informal com os rendimentos provenientes do emprego ou de mecanismos de proteção social. A relação estabelecida entre rendimentos de origem diferenciada - funcionando como

complemento ou substituição (Hespanha, 2007: 156; 165) - traduz também o posicionamento do trabalho informal face ao emprego e às situações de desemprego, na medida em que o trabalho informal tanto se pode situar no passado anterior à ocorrência do desemprego, durante a vigência de benefícios sociais ou após o seu término.

A este respeito, Rodrigues *et al.* (2009: 155) tipificam os percursos associados ao trabalho informal, referindo nomeadamente as transições ao longo da vida do formal para o informal (sendo o inverso mais raro), as trajetórias constantes no informal, ao longo da vida ativa, e a simultaneidade de atividades formais e informais.

Se, por um lado, a obtenção de rendimento através do trabalho informal se apresenta como uma necessidade incontornável, baseada numa perceção do risco racionalizada (Hespanha, 2007: 282-283), por outro, o trabalho informal assume um papel positivo do ponto de vista da inclusão. A multiplicidade de formas de contacto do indivíduo com o mundo do trabalho que o trabalho informal potencia apresenta-se, segundo Centeno (2006: 75), como uma mais-valia relevante em termos das estratégias de alguns grupos (como os jovens ou os trabalhadores mais velhos, por exemplo) para: Potenciar melhores condições de conciliação entre a escola e o trabalho; Suportar a transição entre o mundo escolar e o mundo do trabalho; Apoiar a inserção profissional; Diversificar as oportunidades de aquisição de competências.

Embora sejam frequentemente analisadas sobre a ótica das receitas não captadas, as atividades da economia informal contribuem, desta forma, para a não ocorrência futura de determinados custos, o que poderá justificar o interesse em equacionar as suas especificidades num hipotético cenário de transição para a economia formal, tanto mais que este implica frequentemente o seu enquadramento no âmbito de um conjunto de regras destinado sobretudo a empresas, as quais podem constituir um entrave ao seu crescimento e sustentabilidade futura (Centeno, 2006).

Os custos associados ao processo de integração da economia informal no sistema formal são frequentemente o fator mais referenciado como condicionador desta possibilidade (Rodrigues *et al.*, 2009). A formalização das atividades económicas traduz-se, simultaneamente, na aceitação de uma estrutura temporal regular e parametrizada de deveres e obrigações, do ponto de vista fiscal, jurídico ou administrativo. A regularidade, em conjugação com o volume de trabalho resultante do cumprimento das mesmas, revela-se dificilmente compatível com a irregularidade inerente ao exercício da atividade em contexto informal e aos baixos rendimentos que, frequentemente, proporcionam. No entanto, da formalização depende largamente a

capacidade de acesso à proteção social, o que justifica o constante interesse em equacionar esta aparentemente insanável contradição.

A definição do conceito de inclusão social não se afigura simples, na medida em que implica compreender a relevância do mesmo no âmbito de trajetórias individuais. Por conseguinte, consideramos necessário abordar um conjunto de conceitos centrais à problemática da inclusão social, desde logo partindo do conceito de integração social. Para além deste, importa problematizar no âmbito deste estudo a exclusão social, interrelacionada com a questão da centralidade do trabalho/emprego e, bem entendido, como o fenómeno do desemprego. Por último, e de forma a melhor compreender as vivências individuais dos praticantes da economia informal, equacionamos a questão da vulnerabilidade.

O conceito de integração apresenta uma larga tradição na sociologia, tendo a sua relação com as estruturas sociais sido historicamente definida em função das relações de classe e dos posicionamentos sociais objetivos dos indivíduos que, neste contexto, se construíram e consolidaram. A sua abordagem implica, no entanto, a necessidade de ressaltar a sua dupla definição, uma vez que a integração se pode referir à integração do sistema ou à integração dos indivíduos, bem como à integração destes dois níveis entre si (Lockwood, citado em Dubet, 2006).

No que respeita à sua natureza sistémica, impõe-se considerar a importância da interação ao nível dos sistemas político-jurídico, económico, proteção social e comunitário e familiar os quais asseguram, respetivamente, a integração cívica e política, a integração socioeconómica, a integração social e a integração familiar e na comunidade. A exequibilidade da integração reside numa interatuação entre os diferentes sistemas que potencie a formulação de um conjunto de situações estáveis e consolidadas ao nível das relações de trabalho, familiares e sociais (Rodrigues et al, 1999). Assim, a integração sistémica ou funcional remete-nos para *“o estado da divisão do trabalho, a maneira pela qual o sistema gera a complexidade crescente das formas de produção, dos status, dos papéis e das «funções»”* (Dubet, 2006: 34), onde a primazia do lugar e da função assegurada pelo indivíduo para o funcionamento do sistema se revela central.

A centralidade que o trabalho assume nas sociedades modernas afigura-se por conseguinte relevante, ao permitir antever uma forte relação entre a integração socioeconómica e a integração social, desde logo porque o acesso à proteção social formal se realiza através do emprego. Por outro lado, abordar o conceito de integração social implica considerar a sua aceção enquanto condição de participação nos processos normais de vida em sociedade, em particular no que respeita ao acesso aos direitos sociais e ao

exercício da cidadania (Capucha, 2005). Neste sentido, a integração social remete-nos para a responsabilidade do Estado em assegurar a capacidade individual de acesso aos direitos sociais, mediante a definição e implementação de políticas públicas que, no seu conjunto, contribuam para a redução de desigualdades e promovam a inclusão dos indivíduos. Não obstante as transformações registadas e respetivas consequências ao nível das dinâmicas económicas, sociais e culturais, o Estado permanece assim enquanto uma das instituições de quem se espera que assegure ininterruptamente a integração social.

No que respeita aos indivíduos, importa manter presente a relação do conceito de integração com a formulação das identidades individuais e a construção dos papéis, quotidianamente exercidos nas múltiplas esferas da vida social, num quadro de representações portadoras de sentido. Neste âmbito, a integração apresenta-se relacionada com um conjunto de pertenças inerentemente estáveis, construídas e consolidadas mediante os laços sociais que unem indivíduos, instituições sociais e sociedades. No entanto, face a sociedades marcadamente caracterizadas por uma crescente complexidade, incerteza e menor clareza, próprias de uma “sociedade de risco” (Ulrich Beck, citado em Stoer, 2004: 23), os posicionamentos individuais na estrutura societal sofrem perturbações que transformam o sentido e a força dos laços que tradicionalmente asseguravam a integração.

A integração torna-se assim instável e *“os papéis familiares e os papéis profissionais não se encontram mais totalmente escritos por algum argumentista oculto da vida social, eles devem ser inventados pelos atores submetidos à obrigação de serem livres, isto é, de construírem seus papéis, de fixar suas normas e de se motivarem”* (Dubet, 2006: 56-57), transformando a integração subjetiva numa atividade penosa e dependente da experiência individual.

Assistimos assim, como refere Dubet (2006), a uma individualização do desafio subjacente à integração subjetiva, onde cada um assume a produção da sua própria identidade e do seu modo de integração mediante uma mobilização e motivação contínua, num contexto em que as referências de estabilidade se podem dissolver rapidamente e de forma inesperada (2006: 56). Por seu turno a mobilidade, que substitui a estabilidade enquanto princípio de organização e transforma a integração sistémica em *“um assunto de redes e de fluxos”* (Castells, citado em Dubet, 2006: 38), contribui para reforçar a imperiosidade de construção permanente dos papéis individuais, experienciada pelos indivíduos sob a forma de um estado de permanente desenraizamento.

A instabilidade, a mobilidade e a necessidade de construir em permanência os papéis, bem como as suas consequências ao nível dos laços sociais que os indivíduos estabelecem com as entidades de pertença, permite-nos enquadrar neste ponto a relevância do conceito de exclusão social (em contraponto com o conceito de inclusão social), na medida em que esta resulta de tendências situadas no âmago do funcionamento das sociedades que questionam de forma massiva os processos de integração social (Perret e Roustang, 1993; 100). Como refere Almeida (citado em Capucha, 2005: 88) *“na verdade, exclusão e integração não são essências substantivas e ontológicas, mas sim as duas faces, opostas, de uma realidade relacional contraditória”*, que Pereirinha (citado em Capucha, 2005: 77) também realça ao interligar a exclusão social *“aos aspectos relacionais e aos mecanismos da integração/desinserção social”*.

Enquanto fenómeno multidimensional, a exclusão social remete para um conjunto de fenómenos que contribuem para a produção do excluído, e traduz-se por uma perda de integração ou participação do indivíduo na sociedade, aferida em função dos padrões sociais de referência. Por força do seu carácter cumulativo, dinâmico e persistente, a exclusão não apenas se reproduz como evolui em função das mudanças operadas ao nível da sociedade *“constituindo simultaneamente causa e consequência de múltiplas rupturas na coesão social, implicando manifestações de dualismos e de fragmentação social”* (Rodrigues *et al.*, 1999: 65).

Em sociedades onde a centralidade do trabalho e do emprego se apresenta como incontornável, as recentes tendências evolutivas verificadas ao nível laboral contribuem para que os processos de exclusão se apresentem crescentemente ancorados no próprio sistema de produção (Estivill, 2006). O trabalho não se resume às remunerações nem se esgota nas relações sociais e estatutos sociais que lhe estão subjacentes, antes se apresenta como campo fundamental de interação e realização humana, que não apenas transforma o mundo mas também o sujeito (Marques, 2009).

Em sociedades marcadas pela centralidade do mercado de trabalho e do emprego (Marques, 2009; Hespánha, 2007), mas que paradoxalmente assistem a uma transformação das condições efetivas de participação e socialização do indivíduo, derivadas de uma instabilidade e precariedade crescente (Castel, citado em Capucha, 2005), a ocorrência de perturbações significativas nas trajetórias individuais despoleta, frequente e paulatinamente, consequências ao nível das interações quotidianas, das relações sociais e das identidades.

Por um lado, no epicentro de progressiva segmentação do mercado de trabalho, a flexibilidade laboral, seja em termos contratuais, temporais ou

geográfica (Duarte, 2011) contribui para perturbar a estabilidade e a durabilidade da relação contratual e, assim, limitar a capacidade do emprego para garantir o acesso aos direitos sociais (Cruz, 2011), para além de comprometer a capacidade do indivíduo se inscrever numa história de vida coerente e com sentido (Sennet, citado em Perret e Roustang, 1993).

Por outro lado, o desemprego afirma-se como um fenómeno de consequências significativas, um desvio à norma do trabalho assalariado (Hespanha, 2007) que não se resume às suas implicações ao nível do rendimento, mas que condiciona efetivamente o exercício da cidadania (Matos, 2011).

Estamos, portanto, perante uma perda significativa, um desvanecer de uma pertença que se afasta de uma referência estável e se transforma, como refere Castel (citado em Capucha, 2005), na satisfação de necessidades de sobrevivência através do recurso ao improvisado e a expedientes. A incerteza instala-se e transforma-se numa característica marcante dos modos de vida, que conseqüentemente se consolidam no âmbito da ausência da referência espaço-temporal estruturante que o emprego possibilitava (Hespanha, 2007; Marques, 2009) e acarretam impactos ao nível da sociabilidade e da própria natureza das redes sociais em que o indivíduo em situação de desemprego participa (Hespanha, 2007).

Para Marques, os “*processos de (re)composição identitários*” (2009: 33) que se verificam no âmbito das situações de desemprego (particularmente as de maior duração) podem traduzir-se em consequências graves ao nível da saúde mental e física dos indivíduos, provocar impactos negativos na sua autoimagem, motivação e bem-estar e potenciar sentimentos de culpabilização pelos próprios. Neste sentido, a perda do emprego constitui

“um revés no estatuto social e na identidade dos indivíduos que, por isso, frequentemente se sentem desvalorizados, humilhados e assolados na sua dignidade. O sentimento de desvalorização social acompanha, assim, o rótulo de desempregado” (Hespanha, 2007: 135).

Tal como refere Stoer (2004: 59),

“se existe um Lugar decididamente identificado pelo público como fonte de exclusão social é o do trabalho () Ser incluído neste processo significa ser incorporado no processo de trabalho e numa relação salarial. O exercício da própria cidadania tornou-se dependente do facto de se ter um trabalho e ser excluído, significou, em larga medida, não ter lugar no processo de trabalho”.

>> 4. INCLUSÃO SOCIAL, EXCLUSÃO SOCIAL E ECONOMIA INFORMAL – QUE RELAÇÕES?

A abordagem da exclusão social e da sua inerente relação com o trabalho e emprego revelam-se, por seu turno, fundamentais para perspetivar a inclusão social, enquanto processo que visa assegurar as oportunidades e os recursos necessários para uma participação plena na vida económica, social e política de todos os indivíduos.

As abordagens de operacionalização destes conceitos são diversas, centrando-se por exemplo na operacionalização de indicadores (Pereirinha, citado em Capucha, 2005: 89), no cruzamento de variáveis centrais como a “relação com o trabalho” e a “relação com a proteção” (Estivill, citado em Capucha, 2005: 89) ou na participação das pessoas no âmbito de dimensões chave (Burchardt, citada em Capucha, 2005: 89).

Por seu turno, a proposta do Observatório Europeu criado durante o II Programa Europeu de Luta Contra a Pobreza (II PELCP) associa a exclusão social a domínios fundamentais de direitos cuja ausência revela a existência de exclusão social (Room, citado em Capucha, 2005). Considerando o objeto do presente estudo, que pretende sobretudo aflorar o contributo da economia informal para a inclusão social de públicos desfavorecidos, pensamos ser pertinente a forma como Capucha (2000: 90) descreve a exclusão social e seus efeitos nas trajetórias individuais:

“Estar em situação de exclusão social significa (...) não possuir um emprego – por vezes nem mesmo a imagem ou memória do que isso possa ser – ou apenas o possuir com má qualidade, mal remunerado, instável e inseguro, quase sempre sem condições de higiene e segurança, desprotegido e frequentemente «a-legal»; possuir qualificações baixas, quase nulas ou obsoletas face às necessidades de adaptação às rápidas mutações organizacionais e tecnológicas da «sociedade do conhecimento»; ter experimentado o insucesso escolar ou carreiras escolares muito curtas e não aceder a oportunidades de atualização profissional e de formação ao longo da vida; não fruir de equipamentos e atividades culturais satisfatórias.

Estar em situação de exclusão social significa ainda, quase sempre, possuir um estatuto social desvalorizado e uma identidade negativa; ser mais vulnerável às doenças e beneficiar de cuidados de saúde de pior qualidade – ou não beneficiar deles de todo; viver em habitações degradadas ou às vezes até na rua; não encontrar na família os apoios estratégicos que garantam suporte para projectos de vida pelo menos estáveis, material, relacional e emocionalmente; e pertencer a comunidades onde predomina a carência,

a marginalidade, a violência, a pobreza. Para além, claro, de não usufruir dos rendimentos necessários a uma vida digna.”

A forma como Capucha descreve a exclusão e a relaciona com o trabalho e o emprego permite, entre outros, antever a sua ligação ao exercício de uma atividade no âmbito da economia informal (*desprotegido e frequentemente «a-legal»*), uma relação que também Jordi Estivill (2006: 130) estabelece, embora num contexto espacial e social diferente:

“a existência de um sector informal é uma fonte fundamental que alimenta a exclusão, não só socioeconómica, mas também política. Neste sentido, a grande importância que o sector informal reveste em toda a América Latina, seria um elemento de diferenciação em relação à Europa Ocidental, onde este sector vai certamente assumir uma maior importância, sem no entanto chegar aos níveis que se verificaram na América Latina.”

Robalo dos Santos (2013: 139) complementa a ideia permeável em Estivill (2006) quanto à relação entre economia informal e exclusão social:

“não raras as vezes, o recurso ao trabalho não declarado surge como única forma de assegurar a própria sobrevivência, sobretudo quando as pessoas se encontram em «estado de necessidade», determinado pela combinação de situações de pobreza extrema, exclusão social e baixos níveis de empregabilidade com níveis de proteção social mínimos ou inexistentes.”

Se por um lado a economia informal alimenta a exclusão social, por outro, a exclusão fomenta a economia informal. Não obstante, Estivill reconhece o contributo do sector informal da economia enquanto fator de inclusão socioeconómica:

“populações importantes sobrevivem graças ao comércio de bens e serviços no plano local, trabalham em condições precárias, tecem redes de sociabilidade no labirinto complexo e, por vezes, inextricável duma economia paralela que se baseia em cumplicidades e no objectivo de subsistência”
(Idem)

Para o autor, a diferenciação dos dois contextos pode ser compreendida ao considerarmos, por um lado, o papel que o Estado assume na Europa, ao garantir os direitos civis, políticos, sociais e assim assegurar a proteção dos cidadãos e, por outro, o papel de que se reveste, na América Latina, aquilo que denomina como *“sociedade providencial”*, sendo precisamente na deterioração dos laços sociais inerentes a esta que situa uma das causas centrais da exclusão social. Entre o Estado e a sociedade providencial, em estreita relação com os conceitos de exclusão social e de pobreza, posiciona-se o conceito de vulnerabilidade, que consubstancia uma situação de risco e uma probabilidade de produção da exclusão que afeta grupos diferenciados.

Em função das diversas conjugações possíveis de fatores que se encontram subjacentes à vulnerabilidade, a tipologia proposta por Luís Capucha (2005) distingue os grupos: que possuem um *handicap específico; desqualificados; marginalizados*. A diversidade de situações associadas à vivência da exclusão social resulta assim do peso diferenciado dos diferentes handicaps que afetam os indivíduos, pressupondo a sua identificação o “(re) conhecimento das circunstâncias que permitem considerar um grupo ou uma categoria como socialmente desfavorecida” (Rodrigues et al., 1999: 70).

A abordagem do contributo da economia informal para a inclusão dos mais desfavorecidos implica assim ter presente a natureza gradual do desfavorecimento, traduzido em posicionamentos diferenciados de vulnerabilidade face à pobreza e à exclusão social, considerando-se aqui como relevante a tipologia de categorias sociais desfavorecidas proposta ao nível do estudo “*Grupos Sociais Desfavorecidos face ao Emprego - Tipologias e Quadro Básico de Medidas Recomendáveis*” (CIES/CESO, 1998).

No âmbito desta tipologia figuram, entre outras categorias, os trabalhadores da economia informal, os quais os autores consideram caracterizar-se por uma vulnerabilidade à pobreza e à exclusão social patente ou latente. Assim, os conceitos de economia informal e de inclusão social apresentam-se assim como centrais no âmbito deste estudo. Se a economia informal nos remete para o acesso ao trabalho e ao rendimento por parte dos indivíduos, mediante a produção de bens ou a prestação de serviços em pequena escala, a inclusão social remete-nos para o processo que visa assegurar as oportunidades e os recursos necessários a uma participação plena na vida económica, social e política dos indivíduos.

No entanto, enquanto o conceito de economia informal reforça o primado da ação individual, o conceito de inclusão social evidencia o primado da ação coletiva, destacando-se a este nível o papel do estado enquanto primeiro responsável pela prossecução das políticas que visam a assegurar as necessárias condições para a efetivação dos processos de inclusão.

Na intersecção entre os dois conceitos posiciona-se a dualidade entre trabalho e emprego, calibrada pela dimensão da proteção social (designadamente a de natureza contributiva). Na economia informal o trabalho não permite o acesso às prestações sociais que asseguram a proteção dos trabalhadores (contra o desemprego ou a doença, por exemplo), enquanto que ao nível do emprego a crescente instabilidade e insegurança pode contribuir para uma redução da capacidade das políticas sociais efetivamente contribuírem para o processo de inclusão social dos indivíduos.

>> 5. QUESTÕES CHAVE, METODOLOGIA E TÉCNICAS

Ao nível da discussão em torno dos conceitos centrais destaca-se a possibilidade da economia informal se constituir como uma estratégia de reação que, ao permitir o acesso ao trabalho e ao rendimento, pode contribuir para melhorar as condições de vida dos indivíduos e das suas famílias, sobretudo num contexto de diminuição do contributo associado às prestações sociais. Por outro lado, à prática da economia informal associa-se um potencial de transição para o mercado de trabalho, sendo neste contexto que os obstáculos à formalização das atividades prosseguidas neste âmbito adquirem uma particular relevância.

Em consonância, o desenvolvimento da investigação partiu das seguintes questões chave: a) O desenvolvimento de atividades da economia informal encontra-se relacionado com a ocorrência de situações de desemprego de longa duração, com as dificuldades no acesso ao emprego das pessoas em situação de vulnerabilidade social e com a existência de trajetórias laborais informais ao nível da família; b) Os obstáculos à formalização das atividades da economia informal passíveis de serem enquadradas pela economia formal são derivados de fatores extrínsecos, designadamente a carga fiscal e a carga de regulação; c) Ao contribuírem para incrementar o rendimento disponível dos indivíduos e das famílias, as atividades de economia informal contribuem para a melhoria das condições de vida e potenciam uma maior capacidade de inclusão dos públicos mais desfavorecidos.

Nos métodos diretos de estimação da economia informal são usadas entrevistas estruturadas, de modo a minimizar o número de respostas desonestas ou evasivas a questões consideradas mais sensíveis. As abordagens nesta área tendem a assumir a seguinte estrutura: (i) a primeira parte pretende sensibilizar o entrevistando para a problemática em causa; (ii) a segunda parte foca-se em obter a experiência dos indivíduos em atividades na ENR; e (iii) a terceira parte elabora questões do foro socioeconómico. Alguns exemplos da aplicação deste método são os trabalhos de Feld e Larsen (2005, 2008, 2012) e Merz e Wolff (1993) para a Alemanha; Isachsen e Strøm (1985) para a Noruega; Pedersen (2003) para o Reino Unido e países nórdicos; e Kazemier (2006) e van Eck e Kazemier (1988) para a Holanda. A forma como foram desenhados os questionários torna estes estudos comparáveis. Os estudos de Renooy *et al.* (2004) e Comissão Europeia (2007) focam-se num grupo de países da União Europeia. Nestes estudos, a impor-

tância da heterogeneidade de culturas e a forma como os diferentes povos encaram a ENR é decisiva.

O presente estudo apresenta uma relação com as abordagens dos métodos diretos de estimação, na medida em que visa conhecer a economia informal em Portugal a partir de testemunhos confidenciais de atores chave que desenvolvem atividades no seu âmbito. No entanto, o seu objetivo consiste em perceber a importância da economia informal na inclusão social e integração profissional de pessoas que de outra forma se encontrariam afastadas do mercado de trabalho, o que não se esgota na questão da estimação da economia informal.

Por conseguinte, o presente estudo privilegiou a utilização de metodologias qualitativas, na tentativa de compreender as vivências daqueles que desenvolvem trabalho na economia informal através da sua própria perspectiva, traduzidas na recolha de descrições textuais complexas relativas à sua experiência. Esta opção visou permitir uma compreensão das razões e motivações subjacentes aos participantes do estudo e, simultaneamente perceber como as pessoas interpretam as suas experiências e o mundo que as rodeia (MacDonald e Headlam,).

Considerando a natureza específica da economia informal, definida não apenas pela sua menor visibilidade mas sobretudo por uma expectável relutância dos indivíduos em abordar uma questão manifestamente sensível, a opção pelas metodologias qualitativas justifica-se ainda pela flexibilidade, maior espontaneidade e adaptabilidade da interação que proporcionam. O presente estudo alicerçou-se, num primeiro momento, na análise documental, a qual incidiu sobre bibliografia relativa à economia informal, à inclusão e à exclusão social e sobre relatórios e dados estatísticos. O seu contributo revelou-se fundamental para a problematização do objeto de estudo, tendo permitido a construção do modelo de análise utilizado e uma subsequente revisão das questões chave da investigação.

Ao nível da recolha de dados, a principal técnica utilizada foram as entrevistas em profundidade, as quais envolvem um contacto próximo e interativo entre o investigador e participantes e cujo desenvolvimento permite o surgimento de questões a serem exploradas. Como refere Danielle Ruquoy (Albarello et al., 1997), a opção pela entrevista consiste simultaneamente na opção por determinadas condições metodológicas - uma relação verbal, provocada pelo investigador, para fins de investigação e baseada num guião que facilita a expressão do entrevistado, de acordo com o seu pensamento. Na medida em que se pretende conhecer em profundidade a experiência dos entrevistados, ela assume uma perspectiva marcadamente intensiva, razão pela qual envolve um conjunto reduzido de entrevistados.

Embora as entrevistas apresentem a possibilidade de permitir a recolha de informação mais detalhada, também evidenciam inconvenientes que importa atentar, nomeadamente os riscos associados ao enviesamento, uma maior exigência de recursos (de tempo mas também ao nível das competências do entrevistador) e uma dificuldade de generalização dos resultados obtidos (Pardal e Lopes, 2011).

No que respeita aos “Laboratórios de Experiências”, os mesmos recorreram à técnica de *focus groups*, derivando o potencial da informação recolhida da interação gerada entre os participantes (Coutinho, 2013). O recurso a esta técnica implica no entanto uma boa ponderação do tamanho dos grupos (recomendado entre 6 e 10 participantes), do número de grupos a realizar (um maior número de grupos permite reduzir a influência de fatores internos e externos desconhecidos do investigador e assim contribuir para limitar o risco de enviesamento) e das características dos participantes, por exemplo (Hancock, 1998).

Por último, procedeu-se à análise de conteúdo das entrevistas e dos Laboratórios de Experiência realizados. Em particular, no âmbito do presente estudo optou-se pela aplicação de uma entrevista semiestruturada, baseada numa série de questões abertas que definiam os temas chave sobre investigação e simultaneamente permitiam ao entrevistado estruturar o seu pensamento em torno do objeto perspectivado (Albarello et al. 1997). Foram ainda formuladas, para cada tema chave, um conjunto de questões de aprofundamento para serem utilizadas em função das respostas do entrevistado às questões abertas, mantendo o entrevistador a liberdade de explorar as respostas do entrevistado ou de perseguir uma linha de questionamento introduzida pelo entrevistado (Pardal e Lopes, 2011).

De forma a atentar à influência das condições sociais sobre a realização da entrevista (Albarello et al., 1997), foi definido um Protocolo de Entrevista para definir com clareza as regras para administração e aplicação das entrevistas, contendo as instruções a serem seguidas em cada entrevista para assegurar a consistência entre as mesmas e aumentar a fiabilidade dos resultados.

O perfil dos indivíduos está intrinsecamente ligado ao próprio conceito de economia informal. A base para traçar o perfil dos indivíduos a entrevistar é relacionar a dinâmica do emprego com o mercado informal. É no trabalho ilícito que se traça, em linhas gerais, o perfil do entrevistado: (i) o trabalho secundário/*part-time* realizado após (ou mesmo durante) o horário de trabalho regular; (ii) o trabalho realizado por indivíduos que não participam ativamente no mercado de trabalho oficial, seja por motivos de dedicação exclusiva a atividades ilícitas, situação de desemprego, ou por auferirem

outra prestação social; e (iii) o trabalho realizado por indivíduos que não se encontram em situação regular de permanência no país, como é o caso de trabalhadores clandestinos e imigrantes ilegais.

Qualquer uma das formas de trabalho ilícito implica a fuga de receitas a nível de impostos sobre o rendimento e também de contribuições para a segurança social. No entanto, a mais nociva é aquela que potencia a fraude para com a segurança social, isto é, quando os indivíduos usufruem de um rendimento associado ao subsídio de desemprego ou outra prestação por inatividade e auferem simultaneamente um rendimento via trabalho na economia paralela.

No que diz respeito à integração social, todas as três formas de trabalho ilícito podem assumir um papel preponderante na complementaridade de rendimentos que visam a subsistência. Já as situações de trabalho ilícito que ocorrem em simultâneo com um emprego “oficial” e que não têm qualquer papel de subsistência mas sim de aumentar os rendimentos, foram afastadas do espectro do estudo.

A investigação qualitativa, devido à natureza intensiva e em profundidade da análise que lhe está subjacente, recorre normalmente a uma amostra de pequena dimensão, intencionalmente selecionadas com base em critérios relevantes. No presente estudo, foi definido como objetivo a realização de 36 entrevistas a indivíduos em situação de vulnerabilidade e que se encontram a desenvolver trabalho no âmbito da economia informal. Para a realização destas entrevistas revelou-se fundamental a colaboração dos 18 núcleos Distritais da EAPN Portugal que asseguraram, de forma direta ou através de entidades associadas, a sinalização dos potenciais entrevistados em situação de vulnerabilidade.

A listagem de potenciais entrevistados objeto de sinalização foi sujeita a validação por parte da equipa do projeto e da equipa de consultores externos (membros do OBEGEF). A validação dos casos destinou-se a assegurar a sua conformidade com a definição do conceito de economia informal e o perfil de participantes adotados no contexto do presente estudo.

Os participantes foram intencionalmente selecionados com base nos critérios de *género, idade, atividade desenvolvida, frequência de desenvolvimento da atividade e tempo de exercício da atividade*, de forma a assegurar que o conjunto refletisse (se possível) uma distribuição equitativa em termos de género, uma diversidade ao nível das idades e das atividades desenvolvidas e uma maior representação de casos com maior frequência de desenvolvimento da atividade e/ou de tempo de exercício.

Os casos validados foram posteriormente contactados pelos técnicos dos Núcleos Distritais ou pelas entidades associadas, de modo a efetuar o

agendamento da entrevista. Foram realizadas 36 entrevistas, de carácter anónimo e confidencial, junto de pessoas em situação de vulnerabilidade e que se encontram a desenvolver trabalho no âmbito da economia informal. As entrevistas iniciaram-se a 26 de Março de 2013 e terminou a 3 de Março de 2014, tendo sido realizadas 2 entrevistas em cada distrito do território de Portugal Continental.

A realização dos laboratórios de Experiência, com recurso à metodologia de *focus groups*, teve como objetivo geral o de refletir conjuntamente nos desafios da economia informal, bem como nos obstáculos e nas estratégias passíveis de serem utilizadas ao nível da transição para a economia formal. Do ponto de vista operacional, este objetivo geral incorporou o prosseguimento de vários objetivos específicos, mais concretamente: Identificar as representações sobre a economia informal e sobre aqueles que a praticam; Caracterizar os obstáculos inerentes à transição de atividades da economia informal para a economia formal; Explorar estratégias de transição entre a economia informal e formal; Problematizar a existência de contributos da economia informal para a inclusão social de públicos desfavorecidos.

Com a realização dos Laboratórios de Experiência procurou-se caracterizar as diferentes visões sobre a economia informal ao nível institucional, considerando as características do fenómeno, a identificação dos seus impactos ao nível micro (individual) e macro (societal) e a sua relação com as problemáticas da pobreza e exclusão social, tendo-se ainda equacionado a possibilidade do desempenho de trabalho ao nível da economia informal poder contribuir, de alguma forma, para a inclusão social dos públicos desfavorecidos.

A identificação e seleção das entidades convidadas a participar nos Laboratórios de Experiência derivou do facto de estas apresentarem uma relação com o fenómeno da economia informal, assim como com a intervenção ao nível da pobreza e exclusão social, designadamente mediante a implementação das políticas económicas e sociais que visam assegurar as condições para uma efetiva inclusão social dos indivíduos.

De entre um conjunto de entidades possíveis foram selecionadas 23 entidades, no âmbito de 3 tipologias: 1) As instituições públicas, com atividade regulatória relevante no âmbito do objeto de estudo; 2) Os parceiros sociais; 3) As entidades do sector social. Considerando o número de Laboratórios previstos (6), foram constituídos *a priori* dois grupos-tipo por cada território (Norte, Centro e Sul), de forma a assegurar que a informação recolhida não dependia da visão de um dado grupo (ou conjunto de participantes) e, simultaneamente, incorporar o fator territorial. Quanto aos locais de realização dos Laboratórios de Experiência, foram selecionados Porto, Coimbra e Lis-

boa. Ao nível da dimensão dos grupos-tipo pretendeu-se evitar a formação de grupos com uma dimensão muito superior a dez participantes; no que respeita à sua composição estabeleceu-se que esta seria repartida equitativamente pelos diferentes tipos de entidades cuja participação se encontrava prevista, de forma a evitar uma maior preponderância de um tipo de entidades sobre os restantes. Neste sentido foi definida uma dimensão e composição para cada um dos grupos-tipo, distribuindo-se as entidades da seguinte forma:

TABELA 1 - Distribuição em grupos-tipo das entidades convidadas a participar

GRUPOS 1/3/5 (11 p.)	Autoridade Tributária e Aduaneira; Autoridade de Segurança Alimentar e Económica; Polícia de Segurança Pública; Guarda Nacional Republicana; Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses – Intersindical Nacional; Confederação do Comércio e Serviços de Portugal; Confederação dos Agricultores de Portugal; CONFECOOP - Confederação Cooperativa Portuguesa; União das Mutualidades Portuguesas; Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local; Associação Nacional de Direito ao Crédito.
GRUPOS 2/4/6 (12 p.)	Instituto de Segurança Social; Instituto do Emprego e Formação Profissional; Autoridade para as Condições do Trabalho; Associação Nacional de Municípios; União Geral de Trabalhadores; Confederação Empresarial de Portugal (CIP); Confederação do Turismo Português; CONFAGRI - Confederação Nacional das Cooperativas Agrícolas e do Crédito Agrícola de Portugal; Federação Portuguesa de Artes e Ofícios; Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade; União das Misericórdias Portuguesas; Federação Nacional de Cooperativas de Solidariedade Social.

Os Laboratórios de Experiência foram realizados nos dias 22/01/2014 no Porto (Grupos 1 e 2), 28/01/2014 em Coimbra (Grupos 3 e 4) e 30/01/2014 em Lisboa (Grupos 5 e 6). A sua execução foi assegurada por equipas de 2 facilitadores (sendo cada equipa composta por um elemento da EAPN Portugal e um elemento do OBEGEF), com recurso a um Guião desenvolvido para o efeito. O registo foi realizado através de gravação áudio.

Tabela 2 - Entidades que participaram nos Laboratórios de Experiência

Local	Grupo	Data	Hora	Participantes	
				Nº	Entidades
Porto	1	22/01/2014	14h00	5	Autoridade de Segurança Alimentar e Económica
					Autoridade Tributária e Aduaneira
					Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses – Intersindical Nacional
					Guarda Nacional Republicana
	2			7	Autoridade para as Condições do Trabalho
					Confederação Empresarial de Portugal
					Federação Portuguesa de Artes e Ofícios
					Instituto da Segurança Social
					Instituto do Emprego e Formação Profissional
					Polícia de Segurança Pública
Coimbra	3	28/01/2014	14h00	6	Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local
					Autoridade de Segurança Alimentar e Económica
					Autoridade Tributária e Aduaneira
					Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses – Intersindical Nacional
					Guarda Nacional Republicana
	4			7	Polícia de Segurança Pública
					Autoridade para as Condições do Trabalho
					Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade
					Instituto da Segurança Social
					Instituto do Emprego e Formação Profissional
Lisboa	5	30/01/2014	14h00	9	Associação Nacional de Direito ao Crédito
					Autoridade de Segurança Alimentar e Económica
					Autoridade Tributária e Aduaneira
					CONFECOOP - Confederação Cooperativa Portuguesa
					Confederação do Comércio e Serviços de Portugal
					Confederação dos Agricultores de Portugal
					Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses – Intersindical Nacional
	6			9	Autoridade para as Condições do Trabalho
					Confederação Empresarial de Portugal
					Federação Nacional de Cooperativas de Solidariedade Social
					Instituto de Segurança Social
					Instituto do Emprego e Formação Profissional
					Polícia de Segurança Pública
					União Geral de Trabalhadores

As entrevistas em profundidade realizadas ao abrigo do estudo abrangem um conjunto de 36 indivíduos, predominantemente masculinos (n=21; 58,3%) e com idades compreendidas entre os 22 e os 65 anos de idade.

O grupo etário mais representado situa-se entre os “35-44 anos” (17 indivíduos), seguido do grupo entre os “45-54 anos” (9 indivíduos). A menor preponderância de indivíduos mais jovens é bem traduzida pelo valor da mediana de idades, situado nos 43 anos.

Relativamente ao estado civil, predominam os indivíduos “casados” e os “solteiros” (13 e 12 indivíduos respetivamente), sobre as situações de “união de facto” (6 indivíduos) e os “divorciados” (4 indivíduos). Ao nível da nacionalidade a grande maioria dos entrevistados é portuguesa (33), embora seja inferior o número de indivíduos (29) que nasceram em Portugal.

No respeitante aos seus agregados domésticos, mais concretamente ao nível da sua dimensão, observa-se alguma heterogeneidade, em função da sua distribuição entre os 2 (7 agregados), 3 (9 agregados) e 4 elementos (10 agregados). Os agregados com 1 elemento e com 5 ou mais elementos registam o mesmo número (5 agregados cada). Embora a composição mais frequente seja a de casais com filhos (21 agregados), é importante destacar o número de agregados monoparentais (5) e de isolados (5). Em 17 agregados domésticos não existem crianças ou jovens com idade inferior a 18 anos.

>> 6. A ECONOMIA INFORMAL COMO RECURSO E COMO TRANSIÇÃO

A realização das entrevistas e dos Laboratórios de Experiência permitiu aceder a uma informação rica e detalhada, em que os dados objetivos se associam a percepções, trajetos e dinâmicas relevantes para a compreensão da relação entre os fenómenos em análise. No entanto, importa ressaltar que as conclusões se relacionam intrinsecamente com as experiências dos participantes, sendo neste contexto que a sua leitura deverá ser efetuada.

6.1. A Economia informal como recurso

A análise das trajetórias dos entrevistados permite perceber a relação existente entre a economia informal e os percursos de inserção ou reinserção no mercado de trabalho. A este nível a economia informal apresenta-se como uma resposta aos problemas registados na esfera do mercado de trabalho e às subsequentes situações de desemprego. Em muitos dos percursos profissionais evidencia-se uma clara precariedade associada aos sucessivos empregos, traduzida frequentemente numa inserção que não se consolida ao nível dos vínculos laborais. Para o muito reduzido número de entrevistados que se encontra empregado, esta precariedade ao nível do vínculo laboral associa-se ainda aos baixos salários e ao subemprego.

Os obstáculos à inserção e à reinserção – a baixa escolaridade, a desqualificação, a discriminação em função da idade, da saúde ou da orientação sexual - também estão presentes, contribuindo para explicar problemas verificados ao nível do emprego bem como as dificuldades sentidas, por parte daqueles em situação de desemprego, na obtenção de um novo emprego.

A expressividade das maiores durações das situações de desemprego remete-nos para o seu carácter estrutural, permitindo-nos neste contexto perceber os limites dos mecanismos de proteção disponíveis, com particular enfoque na duração do subsídio de desemprego. Na medida em que a precariedade laboral se pode traduzir em carreiras contributivas de menor regularidade, a combinação de menores prazos de garantia e a redução do prazo e dos montantes do subsídio contribuem para reduzir a proteção social e aumentar os impactos negativos a nível económico.

De facto o desemprego, particularmente o de longa e muito longa duração, encontra-se substancialmente presente nas trajetórias dos praticantes de economia informal entrevistados, constituindo o desenvolvimento de ati-

vidades a este nível a forma encontrada de colmatar a redução ou a ausência de acesso a rendimentos por via do emprego.

Não obstante as suas vivências se caracterizarem pelo exercício de atividades ao nível da economia informal, o emprego mantém-se como referência primordial, na medida em que, por comparação com a realidade que conhecem, a este associam a possibilidade de aceder a um rendimento estável, a um contexto de segurança no emprego e ao acesso à proteção social, quer no presente (protegendo os indivíduos nas situações de acidentes de trabalho, de doença ou de desemprego) quer no futuro (assegurando a disponibilidade de proteção na reforma, após o término da vida ativa). Esta referência primordial não se verifica apenas ao nível dos entrevistados e dos restantes membros adultos dos agregados domésticos mas também ao nível das futuras gerações, na medida em que se evidencia claramente no âmbito das expectativas que estes associam às trajetórias das crianças e jovens dos seus agregados domésticos.

O facto de subsistir, de entre o conjunto dos entrevistados, um número significativo de indivíduos que desenvolveram os seus percursos profissionais sempre ou maioritariamente na economia informal, traduz claramente os riscos associados aos obstáculos que se colocam aos processos de inserção ou reinserção no mercado de trabalho. A este nível, os processos de inserção nunca concretizados resultaram em percursos longos e contínuos de desenvolvimento de atividades na economia informal. Esta continuidade temporal contribui para reforçar uma perceção de “naturalização” da situação (derivada da familiaridade com o fenómeno) a qual, em articulação com a perceção da insegurança associada ao emprego (derivada da precariedade dos vínculos laborais), traduz de forma clara o risco de perpetuação das práticas. Estas “carreiras no informal” não deixam de se constituir como uma perda efetiva de capacidade produtiva, porque afastam do mercado de trabalho uma parte da população ativa que, para além de se encontrar excluída da esfera do emprego, poderá não dispor de condições de participação em processos de requalificação direcionados a responder a alguns dos obstáculos que se colocam à sua inserção ou reinserção socioprofissional.

6.2. A economia informal como transição

A economia informal é também considerada como um contexto de transição, a partir do qual podem ser estruturadas as atividades económicas futuras. Esta perceção, que apresenta alguma expressividade junto dos entrevistados mas também dos participantes dos Laboratórios de Experiência, associa-se

ao contributo da maior flexibilidade propiciada pela informalidade para a criação e consolidação destas atividades.

No entanto, para que a transição da informalidade para a formalidade possa ocorrer, afigura-se necessário equacionar os obstáculos que se colocam ou, pelo menos, que se percebem.

Os entrevistados revelam, neste âmbito, uma percepção alicerçada nas características das atividades que desenvolvem, a qual reflete sobretudo as dificuldades colocadas por uma carga fiscal (impostos e, sobretudo, contribuições) que não se coaduna com a incerteza e a instabilidade que associam às oportunidades de trabalho e à consequente obtenção de rendimento. Por outro lado, a flexibilidade associada ao desenvolvimento das atividades informais deriva do facto de não terem de observar as regulamentações vigentes, cujo cumprimento terá de forçosamente ser assegurado num contexto de exercício formal. Por último, alguns entrevistados mantêm presente uma noção de baixa rentabilidade das atividades que desenvolvem, pelo que a formalização se constituiria como um cenário em que estas se tornariam insustentáveis.

De facto, muitas das atividades são prosseguidas em pequena escala por trabalhadores isolados, que obtêm por esta via o acesso a um rendimento que, na maior parte das vezes, se afigura reduzido. Na medida em que a formalização faria recair o cumprimento das obrigações inerentes sobre o trabalhador (dada a ausência de divisão entre capital e trabalho que as caracteriza), antecipa-se um impacto negativo no número de horas de trabalho disponíveis e a consequente diminuição do rendimento gerado por este. Por outro lado é necessário colocar-se a tónica sobre as próprias competências dos indivíduos para assegurar o trabalho subjacente ao cumprimento das obrigações, um questão tanto mais expressiva quanto a rentabilidade das atividades limitar a possibilidade de contratação de serviços de apoio especializados.

Embora se classifiquem no âmbito das microempresas, as empresas constituídas por apenas um indivíduo constituem uma realidade muito específica, que porventura carece ainda de um enfoque mais expressivo. Poder-se-ia argumentar que a definição do modelo de negócio, no âmbito de um processo de apoio ao empreendedorismo, poderia resultar numa expansão da mão-de-obra da futura empresa, o que permitiria o surgimento da divisão entre capital e trabalho. No entanto, é preciso perceber se as atividades desenvolvidas permitem efetivamente essa expansão, bem como ter presente a importância dos fatores individuais nessa transição.

Por conseguinte, a questão centra-se na identificação e criação das competências necessárias ao nível do futuro empresário (o que evidencia

o contributo dos processos formativos) mas também na reconfiguração da sua própria capacidade de se adaptar a um modelo de negócio que, com a expansão de mão-de-obra, se poderá revelar substancialmente diferente daquele que o indivíduo conhece.

Por último, na medida em que para alguns indivíduos a transição para a economia formal poder apenas fazer sentido mediante a manutenção da pequena escala associada à informalidade, a importância de se atentar à especificidade de iniciativas formais que contam com apenas um trabalhador assume uma considerável relevância no contexto das estratégias de transição.

Por outro lado, na medida em que este processo de transição acarretará sempre um custo significativo para os indivíduos (não apenas monetários mas também ao nível do esforço de adaptação do indivíduo a novas competências, estruturas e contextos, por exemplo), importa considerar também a necessária contrapartida, mais concretamente os benefícios que lhe estão associados.

Para os entrevistados o acesso à proteção social, em consequência das contribuições e impostos que passarão a suportar com a formalização (e que constituem um dos principais benefícios associados aos processos de transição, na perspetiva da sustentabilidade do sistema) prefigura-se como crucial. Neste sentido, as recentes tendências de redução de mecanismos e das correspondentes prestações sociais que asseguram a proteção (em caso de acidente, saúde, desemprego e reforma) influem negativamente na perceção dos entrevistados quanto aos benefícios da formalização. Em certo sentido, esta evolução não deixa de traduzir a forma como a análise de custos e benefícios subjacente à decisão de praticar a economia informal se adapta às mudanças económicas, sociais e regulamentares.

Ao considerarmos um eventual processo de formalização das atividades que os entrevistados desenvolvem no âmbito da economia informal, é necessário equacionar as vias associadas em função da natureza das atividades desenvolvidas e das relações que se encontram inerentes às mesmas.

Desde logo atendendo à natureza das atividades, a transformação de algumas das atividades desenvolvidas em trabalho por conta de outrem evidencia-se como aquela que apresenta maior expressividade, considerando as relações entre quem presta e quem beneficia do trabalho que se encontram subjacentes. A este nível importa considerar a natureza das atividades e das relações estabelecidas, no sentido de ambas as partes encontrarem a forma de vínculo contratual mais adequada às situações em concreto. Embora na perspetiva da inclusão do trabalhador no mercado de trabalho a maior relevância se atribua aos contratos de trabalho sem termo, nem sempre as prá-

ticas informais se direcionam a necessidades de trabalho estáveis da parte de apenas um potencial empregador (podem, por exemplo, a estabilidade derivar da acumulação de necessidades partilhadas, sendo através da sua articulação que se poderá obter um volume de trabalho a tempo completo). Por conseguinte, revela-se importante equacionar outros tipos de contrato de trabalho menos frequentes como, por exemplo, os contratos de trabalho com múltiplos empregadores.

Por outro lado, algumas das atividades ocorrem devido ao facto de existirem necessidades espartilhadas, às quais as empresas não providenciam (ainda) resposta. Este tipo de situações coloca o enfoque sobre a questão do nível mais adequado para a agregação das necessidades de trabalho, com base em estruturas que representam ou prestam serviços àqueles que necessitam da prestação do trabalho. É neste âmbito que se destaca o papel de entidades intermédias que, pelas relações que estabelecem com aqueles que necessitam da prestação do trabalho, podem contribuir para o estabelecimento de uma escala mais adequada para a contratualização da prestação de trabalho com aqueles que se encontram disponíveis e capazes para o assegurar.

Quanto à criação do próprio emprego, a mesma apresenta-se centrada na especificidade dos percursos desenvolvidos por cada indivíduo e na potencialidade associada às atividades que desenvolvem, particularmente aquelas que se direcionam à satisfação das necessidades num contexto de proximidade.

Para alguns dos entrevistados o trabalho na economia informal é claramente assumido enquanto trabalho por conta própria, sendo possível perceber características de uma abordagem empresarial na forma como gerem as suas atividades, quer na criação de produtos e na organização de serviços, quer nas relações que estabelecem com os clientes.

Apesar de um futuro processo de transição para a formalidade beneficiar das competências adquiridas ao longo do percurso, os desafios associados são expressivos. Na eventualidade da formalização das suas atividades não acarretar a contratação de mão-de-obra adicional, em virtude de não pretenderem aumentar a escala das atividades, os indivíduos terão de lidar com sucesso com a diminuição da capacidade de trabalho disponível, bem como identificar e obter as competências que considerem necessárias (ou, caso possível, contratar os serviços de apoio necessários para o efeito).

Embora o desenvolvimento de atividades no âmbito da economia informal pressuponha, para alguns entrevistados, alguma capacidade de gestão do risco (traduzida em estratégias para a minimização de alguns desses riscos), é necessário que consigam identificar e encontrar estratégias para lidar

com os riscos associados ao exercício em contexto formal. Se, por um lado, o reduzido conhecimento destes riscos pode contribuir para uma perceção sobrevalorizada dos mesmos, por outro, o conhecimento que possuem, obtidos a partir da informação sobre trajetos desenvolvidos por outros (e, como tal, não necessariamente objetivo) contribui para reforçar a sua perceção de incapacidade de ação sobre os riscos associados à formalização.

6.3. O rendimento e a melhoria das condições de vida

A dimensão do rendimento assume-se como o contributo mais imediatamente perceptível da economia informal, no que respeita às condições de vida dos indivíduos.

A imperiosidade de obter rendimentos que lhes permitam suportar as necessidades existentes constitui uma das principais motivações para o desenvolvimento de atividades no âmbito da economia informal (sendo referida pelos entrevistados como percecionada como tal ao nível institucional) e associa-se de forma inequívoca ao perfil dos seus praticantes.

A necessidade de obtenção de rendimentos também evidencia as limitações das políticas sociais que visam a promoção da inclusão dos indivíduos. Não obstante o contributo que estas apresentam para as condições de vida do agregado doméstico, quer ao nível da educação, da saúde, da satisfação das necessidades básicas e sociais e, em menor escala, da habitação, revelam-se insuficientes para colmatar a ausência de rendimentos do emprego ou insuficiência dos rendimentos da proteção social. Por outro lado, a sua adequação e a forma como as diferentes políticas se articulam nem sempre se revela capaz de propiciar a satisfação de um nível mínimo de necessidades inerente às diferentes configurações dos agregados domésticos.

Apesar das prestações sociais se revelarem fontes de rendimento mais expressivas no conjunto dos agregados domésticos, quando comparados com os vencimentos auferidos ao nível do emprego, não permitem um volume de rendimentos adequado para suportar todas as despesas. Por conseguinte, a obtenção de rendimentos mediante o desenvolvimento de atividades no âmbito da economia informal apresenta-se como uma necessidade premente e não como resultado de uma escolha justificada pela vontade de aumentar os rendimentos disponíveis.

A situação financeira dos agregados domésticos permite observar a forma como esta resulta do equilíbrio que estes conseguem assegurar ao nível da obtenção de rendimentos e da restrição das despesas.

Em muitos dos casos os padrões de consumo apresentavam-se determinados pelos rendimentos disponíveis (que frequentemente são consumidos

na totalidade pelas despesas), com implicações na forma como os agregados domésticos determinam quais são as despesas essenciais e quais as acessórias (assim como se considera certas despesas, como a internet ou a TV cabo, “um luxo”) que importa suportar.

Dentro das despesas essenciais, a estratégia incide na maximização da poupança a qual, caso seja possível, se apresenta conjugada com o menor custo no acesso aos bens necessários (por serem obtidos de forma gratuita, como é o caso da alimentação e do vestuário e calçado, ou mediante o recurso à produção para autoconsumo) e com a adequação das rotinas diárias de forma a minimizar o impacto nos custos (o caso dos meios de transporte). O objetivo de reduzir os custos associados às despesas consideradas essenciais encontra-se nitidamente presente, tanto mais que uma parte do rendimento mensalmente disponível, de origem informal, é frequentemente variável e incerto.

Embora a questão do rendimento se apresente como predominante no âmbito da prática da economia informal pelos entrevistados, o facto de esta constituir a sua via de acesso ao trabalho (apesar de obstáculos como a baixa escolaridade, a desqualificação e a indisponibilidade de meios técnicos e financeiros), também acarreta impactos positivos.

Para muitos dos entrevistados o trabalho informal permite uma ocupação de tempo (quando comparado com a inatividade que percecionam associada à situação de desemprego) que estes consideram positiva, na medida em que reforça a sua capacidade de trabalho, o seu sentido de utilidade e a forma como se percecionam a si próprios. Por outro lado, enquanto contexto de trabalho, permite desenvolver, consolidar e evidenciar as suas competências, criatividade e talento perante os outros e beneficiar do reconhecimento destes.

Na medida em que estes impactos positivos se associam ao sucesso das interações entre ambas as partes (numa lógica de vendedor/consumidor ou numa lógica de prestador de serviço/consumidor), é possível percecionar uma assinalável valorização das relações interpessoais estabelecidas por parte de muitos dos entrevistados, independentemente de serem pontuais ou duradouras no tempo.

Importa ainda abordar a relação da economia informal com as redes de sociabilidade, ao nível da qual a família, os amigos, a comunidade de vizinhança e as instituições se afiguram como fontes relevantes de apoio. Não nos referimos apenas ao facto de muitas das atividades na economia informal apresentarem uma relação com os contextos de ajuda mútua (o que também se verifica) mas ao papel que os membros destas redes de sociabilidade desempenham ao nível do trabalho desenvolvido, quer se constituindo

como clientes, quer divulgando e recomendando o mesmo (apesar do apoio mais operativo também acontecer, revela-se menos frequente).

Embora inscrita, com maior ou menor profundidade, no âmbito das redes de sociabilidade, a prática da economia informal é, acima de tudo, uma vivência individual, sentida enquanto resposta a problemas do indivíduo e do seu agregado doméstico. A forma como os indivíduos e os seus agregados domésticos gerem a exposição da restante família e de outros membros relevantes das redes de sociabilidade aos seus problemas aparenta ser, à falta de melhor termo, discricionária. Sabendo que, no âmbito das comunidades de pertença dispõem de apoios com os quais podem contar, tendem a restringir a exposição destes aos seus problemas, de forma a evitar a sobrecarga das relações que consideram relevantes. Por outro lado, esta exposição discricionária também é potenciada pelo facto das próprias relações de sociabilidade serem condicionadas pela disponibilidade de tempo livre (o qual pode ser limitado pelo desenvolvimento de atividades informais) e pelo custo associado às formas de convívio.

Tendo em conta a necessidade de salvaguardar o apoio existente no seio das suas redes de sociabilidade, as interações e relações interpessoais que os entrevistados estabelecem no âmbito dos contextos de prática adquirem um significado relevante, na medida em que beneficiam do tempo consignado ao trabalho e dos impactos positivos que os entrevistados obtêm das mesmas. Perante uma vivência dos problemas centrada no indivíduo e no agregado doméstico, estas relações interpessoais podem assumir uma importância significativa e, em alguns casos, tornarem-se em fontes de apoio relevantes.

Por último, refere-se a importância do rendimento na forma como os indivíduos perspetivam o futuro. Embora o desenvolvimento de atividades na economia informal comporte riscos específicos, dos quais os entrevistados estão globalmente conscientes, os rendimentos que auferem contribuem para atenuar as situações de carência que caracterizariam as suas condições de vida, se os agregados domésticos não dispusessem dos mesmos. Por outro lado, alguns dos entrevistados manifestam expectativas futuras que, não obstante a presente conjuntura socioeconómica (cuja influência é claramente sentida), se direcionam para a concretização de objetivos que consideram importantes, quer para si próprios, quer para elementos do agregado doméstico.

Nos casos em que o desenvolvimento de atividades na economia informal permite obter rendimentos ou benefícios colaterais mais significativos (derivados da natureza ou da maior frequência associada à realização das atividades), as situações financeiras apresentam-se tendencialmente mais

estabilizadas, permitindo aos agregados domésticos não apenas responder às necessidades (uma habitação para viver) mas considerar a hipótese futura de as satisfazer de melhor forma (ter uma habitação maior, com maior espaço e melhores condições, por exemplo).

Quando se consegue produzir algum distanciamento face à resposta imediata às necessidades prementes, os objetivos prosseguidos relacionam-se com a procura do que consideram ser uma vida melhor. Neste sentido, não se trata apenas de sobreviver da melhor forma possível mas de poder escolher melhores formas de viver.

6.4. As questões evidenciadas pela economia informal

O conhecimento obtido sobre as condições de vida dos entrevistados permite também identificar algumas questões pertinentes ao nível da proteção social e do emprego que, pela sua relação com a vulnerabilidade à pobreza e à exclusão social, também se encontram associadas aos praticantes da economia informal.

Ao nível da proteção social importa, por um lado, considerar a adequação do rendimento associado às prestações sociais. Considerando que as políticas sociais visam assegurar a proteção social dos cidadãos, com especial relevo para os mais vulneráveis, assumem uma particular relevância ao nível da inclusão social. Na medida em que se destaca a imperiosidade de obtenção de rendimentos para fazer face às necessidades sentidas pelos entrevistados e seus agregados domésticos, o desenvolvimento de atividades no âmbito da economia informal não pode deixar de levantar questões quanto à adequação dos rendimentos associados às prestações sociais de que beneficiam.

Por outro lado, se o contributo das políticas sociais se evidencia ao nível das condições de vida dos agregados domésticos, como por exemplo na educação e na saúde, também se evidencia uma menor adaptação às diferentes fases do ciclo de vida. Em consequência, o nível de necessidades do agregado doméstico é significativamente afetado em fases específicas dos trajetos de vida (como a frequência do ensino superior, o incremento dos problemas de saúde com o avançar da idade ou a necessidade de encontrar uma habitação adequada), não sendo o correspondente aumento das despesas necessariamente abrangido pelas prestações sociais de que beneficiam.

Apesar de, ao nível das condições de vida dos entrevistados, ser possível constatar frequentemente situações derivadas de limitações da proteção social, a mesma (mais explicitamente o subsistema previdencial) consti-

tui-se como uma das principais razões pelas quais o emprego se apresenta como uma referência primordial.

No entanto, as evoluções recentes registadas ao nível do emprego e da própria proteção social traduzem-se sobretudo num aumento da insegurança e num decréscimo da capacidade das prestações sociais responderem às situações para as quais foram concebidas. Neste sentido, as transformações realizadas ao nível de prestações como os subsídios de doença e de desemprego, assim como das pensões e reformas, no contexto da discussão da sustentabilidade do próprio sistema de proteção social, não deixa de ser percecionada como uma diminuição do seu papel e, para aqueles que desenvolvem atividades na economia informal, se traduzir numa redução da sua atratividade.

Ao nível do emprego, as questões da precariedade, os baixos salários e o subemprego também se encontram relacionadas com as experiências laborais dos entrevistados no âmbito da economia informal. A influência dos fatores associados ao emprego é dupla, na medida em que podem fomentar ou tornar indispensável o recurso ao desenvolvimento de atividades na economia informal.

Por um lado, os baixos níveis de rendimento auferidos, ao revelarem-se insuficientes para assegurar uma capacidade financeira adequada para suportar todas as despesas, fomentam a necessidade de obter rendimentos complementares através da economia informal. Por outro lado, enquanto à precariedade inerente aos contratos a termo se associa a uma menor capacidade de concretizar uma carreira contributiva regular, os salários baixos e/ou o emprego a tempo parcial involuntário contribuem para a menor expressividade dos descontos efetuados, o que implicará menores valores associados às prestações sociais de que os indivíduos venham a beneficiar futuramente, pelo que o recurso à economia informal se revela instrumental para tentar repor o rendimento perdido.

Não podemos deixar de notar que, atentando às questões enunciadas, assume particular pertinência a implementação da estratégia europeia de Inclusão Ativa, ao nível dos três pilares que a constituem - os apoios adequados ao rendimento, os mercados de trabalho inclusivos e o acesso a serviços de qualidade - enquanto resposta possível às questões que a economia informal evidencia.

>> 7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo visava perceber a importância da economia informal na inclusão social e integração profissional de pessoas, que de outra forma, se encontrariam afastadas do mercado de trabalho. Neste âmbito, tendo em conta as trajetórias desenvolvidas pelos entrevistados, é possível perceber o desenvolvimento de atividades no âmbito da economia informal como um meio de acesso ao trabalho e ao rendimento, num contexto em que a integração pelo emprego se encontra por concretizar.

No entanto, o contributo da economia informal não se resume a esta dimensão. Muitos dos casos entrevistados permitem evidenciar o contributo do desenvolvimento de atividades no âmbito da economia informal para a sustentação de papéis laborais e a construção de laços e pertenças relativamente estáveis, bem como revelam a sua capacidade de manter um integração familiar e comunitária que, em caso de necessidade, suporta uma efetiva capacidade de mobilização das redes de sociabilidade pelos entrevistados.

Neste sentido, no contexto da natureza gradual do desfavorecimento, a economia informal apresenta-se sobretudo como um fator de atenuação da pobreza e da exclusão social bem como um fator relevante para evitar o seu recrudescimento.

No entanto, independentemente dos benefícios associados, os trabalhadores da economia informal estão efetivamente excluídos do mercado de trabalho e sem acesso à proteção social previdencial. Considerando a centralidade que o emprego assume no âmbito dos processos de inclusão social, assim como a forte relação entre a integração socioeconómica e a integração social que caracteriza a sociedade atual, dificilmente a economia informal se poderia apresentar como uma via alternativa para a inclusão social dos públicos desfavorecidos.

Por outro lado, as políticas sociais, cujo papel instrumental para a promoção da inclusão social se evidencia no âmbito das condições de vida dos entrevistados e dos seus agregados domésticos, revelam-se incapazes de permitir uma existência digna e a satisfação das necessidades básicas associadas a esta.

Por conseguinte, embora seja possível reconhecer os impactos positivos associados a um exercício regular de atividades no âmbito da economia informal, quer a nível económico, social ou psicológico, é importante destacar a primazia que os próprios entrevistados reconhecem ao emprego

nas expectativas futuras que possuem para si próprios e para os restantes membros do agregado doméstico.

Neste sentido, clarifica-se a diferença entre a prática da economia informal enquanto reação às adversidades e a prática da economia informal enquanto resultado de fatores de exclusão associados ao mercado de trabalho. Embora seja positiva a possibilidade dos indivíduos poderem recorrer à economia informal para obterem trabalho e rendimento em períodos de agravamento das dificuldades, não é possível equacionar de forma positiva a manutenção das situações no longo prazo, na medida em que a economia informal não se pode constituir como trajeto alternativo ao emprego no contexto da inclusão social dos indivíduos.

Não obstante a economia informal, enquanto fenómeno orgânico e profundamente imbricado nas interações sociais, encontrar sempre o seu espaço próprio, a sua abordagem justifica-se pela necessidade de se possibilitar a inclusão no mercado de trabalho daqueles que atualmente encontram na mesma a única resposta possível às situações em que se encontram.

A discussão sobre as estratégias possíveis de implementar com vista à redução da economia informal implica considerar aquilo que a distingue das restantes componentes da Economia Não Registada.

Por um lado, a economia informal tende a apresentar-se como uma componente menos gravosa da Economia Não Registada dado o seu papel de atenuação das dificuldades sentidas pelos indivíduos e pelos seus agregados domésticos. Por outro lado, as estratégias que visam combater a Economia Não Registada serão seguramente direcionadas, em primeira instância, para as suas componentes mais gravosas, pelo que existe uma possibilidade da produção de efeitos sobre a economia informal ocorrer de forma colateral.

Tendo presente a importância dos fatores associados ao emprego na evolução das trajetórias profissionais dos entrevistados, a redução da economia informal poderá ser equacionada pela via do emprego. O emprego de qualidade, caracterizado pela menor precariedade associada aos vínculos laborais, pelo trabalho a tempo completo e pelos salários adequados ao custo de vida contribui para reduzir a necessidade de obtenção de rendimentos, pelo que o estímulo à prática de atividades no âmbito da economia informal se apresenta mais reduzido. Por outro lado, o emprego de qualidade, seguro e estável permite o acesso à formação profissional e à progressão de carreira, bem como possibilita a construção de carreiras contributivas mais duradouras e o acesso à proteção social.

Na eventualidade da ocorrência de situações de desemprego, revela-se importante dispor de uma capacidade de resposta rápida, direcionada para a requalificação dos indivíduos e/ou a sua reinserção no mercado de trabalho.

Se a maior duração das situações de desemprego evidencia os limites da proteção disponível, a formação de um desemprego estrutural (de longa ou de muito longa duração) questiona a eficácia e o contributo que as políticas sociais podem aportar para a inclusão social dos mais vulneráveis.

No entanto, é necessário que a esta resposta rápida se associe a condições que permitam aos indivíduos e aos seus agregados domésticos manter a capacidade de satisfação das suas necessidades. Se a questão é equacionada entre a possibilidade de frequência de uma ação de formação de longo prazo (sem apoios adequados) e a realização de atividades na economia informal que permitam suportar as despesas imediatas, a opção tomada pelos indivíduos dificilmente privilegiará o investimento na sua futura reinserção profissional.

Por último, importa lembrar a associação dos contextos informais aos momentos iniciais de constituição de empresas. Nos casos em que o desempenho de atividades no âmbito da economia social apresenta um potencial de transição, é importante atender às particularidades dos indivíduos e dos seus trajetos.

Num primeiro momento, a sensibilização e a informação dos indivíduos, quer no respeitante à valorização da formalidade, quer na divulgação das possibilidades associadas à formalização revela-se importante. Na medida em que nem sempre o conhecimento de que os indivíduos dispõem se revela abrangente e objetivo, a identificação de medidas que contribuam para reduzir os riscos associados a um processo de formalização poderá ampliar positivamente as suas perspetivas sobre o mesmo.

No entanto, na medida em que a economia informal se associa ao desenvolvimento de atividades em pequena escala por parte de indivíduos isolados, importa desde logo facultar as condições de acesso a informação de qualidade, minimizar os custos associados ao processo de formalização e, simultaneamente apoiar os indivíduos a identificar e assegurar as competências necessárias ao futuro exercício em contexto formal.

Para que os processos de formalização possam dispor de maiores probabilidades de sucesso, é também importante equacionar a operação das iniciativas ou empresas criadas em contexto informal, tendo presente a possibilidade da maioria destas não considerar, no contexto inicial, a contratação mão-de-obra adicional.

Por conseguinte, é importante adequar as exigências à escala destas atividades, para que os níveis mínimos de exigência sejam possíveis de cumprir. Se a adequação da carga fiscal e das obrigações contributivas se afigura essencial (quando se considera a necessidade da sua adequação à incerteza dos rendimentos), também a regulamentação e os custos de operação se

podem constituir como obstáculos que os indivíduos associam à formalização.

Não se trata, a este nível, de simplesmente flexibilizar os regulamentos, antes de perceber como se articulam, verificar a sua adequação ao contexto específico das atividades (à sua escala e natureza) e simplificar o seu cumprimento por parte dos indivíduos.

Neste âmbito é importante equacionar o papel do Estado e das suas instituições, mas também de outras organizações ao nível sectorial e local, por forma a incorporar a natureza específica das atividades e as dinâmicas territoriais associadas.

Uma abordagem articulada do fenómeno da economia informal, não obstante partir do reconhecimento da exclusão dos seus trabalhadores face ao mercado de trabalho, deverá perceber com clareza as dinâmicas subjacentes ao fenómeno, com o intuito de permitir as possibilidades da inclusão destes por via do trabalho por conta de outrem ou por conta própria. A não compreensão destas dinâmicas poderá não só comprometer irremediavelmente o objetivo de inclusão dos seus praticantes no mercado de trabalho bem como reduzir consideravelmente os benefícios que a economia informal atualmente comporta, para indivíduos, família e comunidades.

Bibliografia

- ALBARELLO, L. *et al.* (1997), *Práticas e Métodos de Investigação em Ciências Sociais*, Gradiva, Lisboa.
- ALMEIDA, J. F. *et al.* (1992): *Exclusão Social – Factores e Tipos de Pobreza em Portugal*, Oeiras, Celta Editora.
- ANTUNES, R., “Os modos de ser da informalidade: rumo a uma nova era da precarização...”, in *Configurações – Revista de Sociologia*, nº. 7 (2010), Braga, Edições HUMUS / CICS-UM.
- BREUSCH, T. (2005), “Estimating the Underground Economy Using MIMIC Models”, Working Paper, No.0507003, Faculty of Economics and Commerce, The Australian National University.
- BUEHN, A. e SCHNEIDER, F. (2008), “MIMIC Models, Cointegration and Error Correction: An Application to the French Shadow Economy”, Discussion Paper No.3306, Institute for the Study of Labor.
- CAPUCHA, L. (2005) *Desafios da Pobreza*, Oeiras, Celta Editora.
- CAPUCHA, L. (coord.) (2005), *Formulação de Propostas de Concepção Estratégica das Intervenções Operacionais no Domínio da Inclusão Social*, Lisboa, ISCTE.
- CENTENO, L. (2006), *O trabalho não declarado em Portugal – Metodologia de abordagem e tentativa de definição*, Lisboa, DGEEP/MTSS.
- CIES/CESO I&D (1998), *Grupos Sociais Desfavorecidos face ao Emprego - Tipologias e Quadro Básico de Medidas Recomendáveis*, Lisboa.
- COMISSÃO EUROPEIA (2007). “Undeclared Work in the European Union.” Special Eurobarometer Report, Bruxelas.
- COUTINHO, C. P. (2013), *Metodologia de Investigação em Ciências Sociais e Humanas: Teoria e Prática*, Edições Almedina, Coimbra, 2ª edição.
- CRUZ, S. A., “O trabalho em centros comerciais: notas sobre uma pesquisa empírica”, in MATOS, J. N., DOMINGOS, N. e KUMAR, R. (Org.) (2011), *Precários em Portugal: entre a fábrica e o «call center»*, Lisboa, Edições 70, pp. 95-104.
- DELL’ANNO, R. (2008), “What is the Relationship Between Unofficial and Official Economy? An Analysis in Latin American Countries”, *European Journal of Economics Finance and Administrative Sciences*, 12, 185-203.
- DELL’ANNO, R., GÓMEZ-ANTONIO, M. and ALAÑÓN, A. (2007), “The Shadow Economy in Three Mediterranean Countries: France, Spain and Greece. A MIMIC Approach”, *Empirical Economics*, 33, 51-84.
- DUARTE, A. M., “As faces precárias da flexibilidade”, in MATOS, J. N., DOMINGOS, N. e KUMAR, R., *Precários em Portugal: entre a fábrica e o «call center»*, Lisboa, Edições 70, p. 15-25.

- DUBET, F., "Quando a «sociedade» nos abandona", in Balsa, C., Bonetti, L. W. e Soulet, M. (Orgs.) (2006), *Conceitos e dimensões da pobreza e da exclusão social: uma abordagem transnacional*, Ijuí, Editora Unijui; Lisboa, CEOS, p. 33-62.
- ENGLE, R.F. e GRANGER, C.W.J. (1987), "Cointegration and Error Correction: Representation, Estimation, and Testing", *Econometrica*, 55, 251-276.
- ENGLE, R.F. and YOO, B.S. (1987), "Forecasting and Testing in Cointegrated Systems", *Journal of Econometrics*, 35, 143-159.
- ENSTE, D.H. (2010), "Regulation and Shadow Economy: Empirical Evidence for 25 OECD-Countries", *Constitutional Political Economy*, 21, 231-248.
- ESTIVILL, J., "A face não reconhecida da sociedade: o debate conceptual sobre a exclusão social na Europa e na América Latina" in Balsa, C., Bonetti, L. W. e Soulet, M. (Orgs.) (2006), *Conceitos e dimensões da pobreza e da exclusão social: uma abordagem transnacional*, Ijuí, Editora Unijui; Lisboa, CEOS, p. 103-139.
- FELD, L., e LARSEN, C. (2005). *Black Activities in Germany in 2001 and 2004: A Comparison Based on Survey Data Study No. 12*. The Rockwool Foundation Research Unit, Copenhagen.
- FELD, L., e LARSEN, C. (2008). "'Black' Activities Low in Germany in 2006." News from the Rockwool Foundation Research Unit, Março, pp. 1-12.
- FELD, L., e LARSEN, C. (2012). *Undeclared Work, Deterrence and Social Norms: The Case of Germany*, Berlin: Springer.
- FRAZER, H., MARLIER, E., NICAISE, I. (2010), *A social inclusion roadmap for Europe 2020*, Antwerp/Apeldoorn, Garant.
- FREY, B. e WECK-HANNEMAN, H. (1984), "The Hidden Economy as an Unobserved Variable", *European Economic Review*, 26, 33-53.
- GILES, D.E.A. e TEDDS, L.M. (2002), "Taxes and the Canadian Underground Economy", Canadian Tax Paper No.106, Toronto: Canadian Tax Foundation.
- HANCOCK, B. (1998), Trent Focus for Research and Development in Primary Health Care: An Introduction to Qualitative Research, Trent Focus, disponível em http://faculty.cbu.ca/pmacintyre/course_pages/MBA603/MBA603_files/IntroQualitativeResearch.pdf [acedido em Fevereiro de 2013]
- HESPANHA, P. (Coord.) (2007), *É o (des) emprego fonte de pobreza? O impacto do desemprego e do mau emprego na pobreza e exclusão social do Distrito de Coimbra*, Cadernos REAPN nº 11, Coimbra, REAPN.
- ISACHSEN, A, e STRØM, S. (1985). "The Size and Growth of the Hidden Economy in Norway." *Review of Income and Wealth*, 31: 21-38.

- KAZEMIER, B. (2006). "Monitoring the Underground Economy: A Survey of Methods and Estimates." in: F. SCHNEIDER and D. ENSTE (eds.), *Jahrbuch Schattenwirtschaft 2006/07. Zum Spannungsfeld von Politik und Ökonomie*, Berlin: LIT Verlag, pp. 11–53.
- LAUTIER, B., "Rumo à protecção social universal e protecção dos «mais vulneráveis»", in *Bureau Internacional do Trabalho, Protecção Social e Inclusão: experiências e políticas* (2009), Genebra, BIT, p. 77-104.
- MACDONALD, S. e HEADLAM, N., *Research Methods Handbook*. Introductory guide to research methods for social research, Centre for Local Economic Strategies, disponível em <http://www.cles.org.uk/wp-content/uploads/2011/01/Research-Methods-Handbook.pdf> [acedido em Fevereiro de 2013]
- MARQUES, A. P. (2009), *Trajectórias quebradas: a vivência do desemprego de longa duração*, [Braga], Profedições / CICS-UM.
- MATOS, J. N., DOMINGOS, N. e KUMAR, R., *Precários em Portugal: entre a fábrica e o «call center»*, Lisboa, Edições 70.
- MERZ, J., e WOLFF, K. (1993). "The Shadow Economy: Illicit Work and Household Production – A Microanalysis of West Germany." *Review of Income and Wealth*, 39: 177–194.
- PARDAL, L. e LOPES, E. S. (2011), *Métodos e Técnicas de Investigação Social*, Areal Editores, Porto.
- PEDERSEN, S. (2003). *The Shadow Economy in Germany, Great Britain and Scandinavia: A Measurement Based on Questionnaire Service Study No. 10*. The Rockwool Foundation Research Unit, Copenhaga.
- PEREIRA, C. C., "Comparação dos percursos de inserção profissional dos diplomados do sistema de aprendizagem e do ensino profissional", in *Sociedade e Trabalho*, nº 37 (2009), Lisboa, MTSS/GEP.
- PERRET, B. e ROUSTANG, G. (1993), *L'économie contre la société*, Paris, Éditions du Seuil.
- QUATERNAIRE (2008), *Nas margens do Tâmega. Mercado de trabalho, pobreza e exclusão: interações e intervenções*, Cadernos REAPN nº 13, Porto, REAPN.
- REAPN (2009), *Guidelines for bridging employment and inclusion*, Porto, REAPN.
- RENOOY, P., IVARSSON, S., VAN DER WUSTEN-GRITSAI, O. e MEIJER, E. (2004). "Undeclared Work in an Enlarged Union – An Analysis of Undeclared Work: An In-Depth Study of Specific Items." European Commission: Directorate-General for Employment and Social Affairs, Bruxelas.
- RODRIGUES, C. U., LOPES, C. M. e FELICIANO, J. F., "Protecção social e a economia informal: experiências e desafios em países de língua portuguesa", in

Bureau Internacional do Trabalho, Protecção Social e Inclusão: experiências e políticas (2009), Genebra, BIT, p. 149-164.

RODRIGUES, E. V., SAMAGALHO, F., FERREIRA, H., MENDES, M. M. e JANUÁRIO, S., “A pobreza e a exclusão social : teorias conceitos e políticas sociais em Portugal”, in *Sociologia*, nº 9 (1999) Porto, p. 63-101, disponível em <http://hdl.handle.net/10216/8578> [acedido em Janeiro de 2013]

SCHNEIDER, F. (2005), “Shadow Economies Around the World: What Do We Really Know?”, *European Journal of Political Economy*, 21, 598-642.

SCHNEIDER, F. and ENSTE, D.H. (2000), “Shadow Economies: Size, Causes, and Consequences”, *Journal of Economic Literature*, 38, 77-114.

STOER, S., MAGALHÃES, A. M., RODRIGUES, D. (2004), *Os lugares da exclusão social: um dispositivo de diferenciação pedagógica*, São Paulo, Cortez Editora.

VAN ECK, R. e KAZEMIER, B. (1988). “Features of the Hidden Economy in the Netherlands.” *Review of Income and Wealth*, 34: 251–273.

>> ANEXO

Listagem Síntese dos casos entrevistados

Nº	GÉNERO	IDADE (Anos)	ACTIVIDADE(S) DESENVOLVIDA (bens produzidos ou serviços prestados)	TEMPO DE EXERCÍCIO	FREQUÊNCIA
1	M	41	Atualmente desenvolve atividade de recolha e tratamento de resíduos, nomeadamente sucata, cartões, aparelhos, máquinas, ferro, latas, etc. A recolha destes materiais tanto é realizada no espaço público como junto de algumas empresas. Também desmonta eletrodomésticos em casa, para recolher os componentes. Ocasionalmente faz pequenas reparações solicitadas por particulares. No passado, desenvolveu outras atividades, como a prestação de serviços domésticos (incluindo limpeza), os quais terminaram devido à atual crise. Para além destes, também já se dedicou à reparação de guarda-chuvas.	Mais de 20 anos	Diária
2	F	42	Desenvolve atividades de costura, faz rissóis, artesanato (bijuteria), tricot e prestação de serviços de limpeza.	5 anos	Diária (7 dias por semana)
3	M	44	Desenvolve atividades na área da cestaria tradicional, fazendo peças por encomenda e para venda em feira.	Mais de 20 anos	Muito irregular (por encomenda)
4	M	43	Desenvolve trabalho como empregado de mesa no âmbito da prestação de serviços de catering para eventos como casamentos ou batizados, por exemplo. Também presta serviços de transporte em carro particular para pessoas que o pretendam.	20 anos	2 vezes por semana
5	M	30	O entrevistado desenvolve um conjunto de atividades relacionadas com os trabalhos agrícolas (a apanha da castanha, a limpeza de castanheiros, a limpeza de terrenos, a recolha de fardos de feno e a recolha de lenha, por exemplo) e com trabalhos de conservação e manutenção (a pintura de divisões de habitações e de grades, a montagem de fechaduras, etc).	Desde que abandonou a escola	Irregular (sazonalidade)
6	F	36	Realiza trabalhos de bijuteria como brincos, colares e pulseiras e confeciona produtos como carteiras para telemóveis e arcos de criança, faz trabalhos em crochet e bordados, etc. Para além disso faz arranjos de costura (reparação) e recupera/adapta vestuário usado. Já prestou serviços de limpeza mas não o faz atualmente.	Entre 5 e 7 anos	Diária
7	M	52	Desenvolve vários trabalhos na área da construção civil, tais como pintar habitações, colocar tijoleira, assentar tijolo, rebocar e arear, etc. Para além destas, também realiza lavagem de toldos em espaços comerciais.	13 anos	Irregular
8	M	62	Faz alguns trabalhos de pedreiro (como muros, por exemplo) mas a grande parte das atividades é agrícola: a limpeza de terrenos, o lavar e/ou adubar das árvores, a poda das árvores, a colheita de produtos agrícolas, etc.	18 meses	Irregular (sazonalidade)
9	F	35	Produz doces e salgados e organiza festas, como aniversário e batizados, no âmbito das quais concebe a ementa, planeia o trabalho e adquire as matérias-primas, produz os bens alimentares e decora o espaço. No passado também já prestou serviços de limpeza (limpezas de primavera) e de ama.	17 anos	Irregular
10	F	29	Presta serviços de limpeza a diversos clientes e serviços de babysitting a duas crianças. Também já fez bolos para fora mas deixou de o fazer porque esta atividade não dava muito lucro.	5 a 6 anos	Diária
11	M	48	Sempre desenvolveu atividades na área das artes circenses, em espaços públicos, festas populares ou eventos particulares.	22 anos	3 a 5 dias por semana (em média, dada a sazonalidade)
12	F	63	Já realizou limpezas para uma empresa mas atualmente apenas as realiza numa casa particular.	9 anos	2 vezes por semana
13	M	62	Desenvolve atividades na área da marcenaria. Atualmente faz tabuleiros e caixas de madeira, bem como realiza, por vezes, reparações e instalações de portas ou janelas.	7 anos	Irregular
14	Mo	36	Produz próteses dentárias.	10 a 11 anos	1 vez por semana
15	F	51	Prestação de serviços domésticos e de limpeza em casas de particulares.	Mais de 26 anos	Diária
16	M	51	Dá explicações a título particular e desenvolve atividade de Deejaying.	3 anos	Diária
17	F	37	Faz diversos trabalhos na agricultura, desde o cultivo até à colheita (cereja, vindimas, azeitonas, etc). Também presta serviços de limpeza.	21 anos	Diária

Nº	GÉNERO	IDADE (Anos)	ACTIVIDADE(S) DESENVOLVIDA (bens produzidos ou serviços prestados)	TEMPO DE EXERCÍCIO	FREQUÊNCIA
18	F	26	Presta serviços de estética (cabelos, limpezas de pele) e de massagens.	5 a 6 anos	Irregular (sazonalidade)
19	M	41	Desenvolve atividades diversificadas - toca numa banda de música, faz trabalhos de construção civil (muros, chão, etc), carrega móveis e faz mudanças, etc.	7 a 8 anos	Irregular
20	M	49	Faz trabalhos num mercado, desde descarregar camiões, entregas, limpezas, recados aos vendedores, etc.	Mais de 20 anos	Diária (6 dias por semana)
21	M	65	Atualmente presta pequenos serviços ou produz bens ao nível da carpintaria, de todo o tipo - substituir portas, fechaduras, alguns móveis, etc.	2 anos	Irregular
22	M	57	Desenvolve todo o tipo de trabalhos de serralharia em ferro, normalmente de pequena dimensão.	2 anos	Muito irregular
23	F	41	Presta serviços de limpeza a particulares (também já o fez para empresas) bem como de cuidado a idosos (faz companhia, acompanha-os nas deslocações, trata de feridas, assegura a toma da medicação, faz massagens, etc). Para além destas atividades também faz apresentações em MS Powerpoint, os quais vende a pessoas particulares.	2 anos	Diária
24	F	42	Atualmente faz trabalhos de costura, confeciona roupa para bebé e adereços para crianças. No período de verão faz brincos de bijuteria. Já prestou serviços de limpeza mas não o faz atualmente.	13 anos	Diária
25	F	46	Realiza todo o tipo de trabalhos na hotelaria (serve à mesa, lava a loiça, decora as mesas, efetua limpezas, etc), quer em eventos, quer em restaurantes. Também organiza festas para crianças, para as quais confeciona os produtos necessários.	16 anos	Irregular (sazonalidade)
26	M	44	Realiza a apanha de marisco (ameijoas e caracóis).	5 a 6 anos	Diária
27	M	50	Realiza trabalhos de artesanato - aplicações de corda e palhinha em tampo de cadeiras ou em mobílias de sala, trabalhos manuais em arame e corda originais, etc. Também faz criação de cães.	Cerca de 20 anos	Muito irregular
28	M	54	Produz e vende esculturas artesanais em madeira.	Cerca de 9 anos	3 a 5 dias por semana
29	F	37	Produz e comercializa peças de artesanato, trabalhando com diferentes materiais (feltro, pastas) e produzindo capas de agenda, capas de telemóveis, estojos, pregadeiras, etc.	Mais de 15 anos	3 a 5 dias por semana (em média)
30	F	35	Revende produtos de cosmética, bijuteria, roupa e calçado através de página na internet.	18 a 24 meses	Diária
31	F	22	Desenvolve atividade como cabeleireira.	8 anos	Diária
32	M	46	Presta pequenos serviços de jardinagem (limpar quintais, por exemplo) em casa de particulares e apanha bivalves. Já realizou alguns trabalhos agrícolas e participou em vindimas, no passado.	7 a 8 anos	Irregular (sazonalidade)
33	M	43	Realiza todo o tipo de trabalhos de construção civil - pinturas, colocação de revestimentos, reboco de paredes, etc. Também apanha marisco e ajuda pessoas em trabalhos de cargas, transportes e descargas.	31 anos	Irregular
34	M	46	Realiza trabalhos de pintura artística.	Cerca de 30 anos	Diária
35	F	42	Prestação de serviço de limpezas em casa de particular.	2 anos	1 vez por semana
36	M	34	Trabalha como carregador/descarregador num mercado, faz entregas nos restaurantes e outras tarefas, transporta bens alimentares, etc. Também realiza pequenos trabalhos de construção civil	3 anos	Diária (6 dias por semana)